

PROCAMPO

Programa de Apoio às Licenciaturas em Educação do Campo/Ciências Humanas e Sociais

PROJETO PEDAGÓGICO



Curso de Graduação, Licenciatura em Educação no Campo/ Ciências Humanas e Sociais.

**Universidade Federal do Piauí
Campus Cinobelina Elvas
Bom Jesus – 2013**



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
 PROJETO PEDAGÓGICO
 LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO



REITOR

Prof. Dr. José Arimatéia Dantas Lopes

VICE REITORA

Profa. Dra. Nadir Nascimento Nogueira

PRÓ-REITORA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO

Profa. Dra. Maria do Socorro Leal Lopes

COORDENAÇÃO DE CURRÍCULO

Profa. Dra. Mirtes Gonçalves Honório de Carvalho

CAMPUS UNIVERSITÁRIO PROFESSORA CINOBELINA ELVAS

DIRETOR:

Prof. Dr. Stélio Pinheiro Bezerra de Lima

**COORDENAÇÃO DO CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO –
 CAMPUS PROFESSORA CONOBELINA ELVAS**

Profa. Dra. Maraisa Lopes

EQUIPE RESPONSÁVEL PELO PROJETO:

Profa. Maraisa Lopes
 Prof. Ms. Janailton Coutinho
 Prof. Dr. Stelio Bezerra de Lima
 Profa. Dra. Elifábia Neves de Lima
 Prof. Ms. Paulo Rodrigo Ramos Xavier

Bom Jesus, outubro de 2013.

Sumário

1. IDENTIFICAÇÃO DO CURSO	5
2. APRESENTAÇÃO.....	6
3. CONTEXTUALIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO	8
3.1 A Universidade Federal do Piauí	8
3.2 Missão da UFPI.....	11
3.3 Princípios de Organização da Estrutura	12
4. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE SOCIAL E INSTITUCIONAL DO CURSO.....	16
5. PRINCÍPIOS CURRICULARES NORTEADORES DO CURSO	23
5.1 Aspectos inovadores na Integração Ensino, Pesquisa e Extensão.	23
5.2 Prática como componente curricular.....	24
6. OBJETIVOS DO CURSO.....	25
6.1. OBJETIVO GERAL:	25
6.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS:.....	25
7. PROCESSO DE SELEÇÃO E ACESSO	26
7.1 Critérios de seleção	26
7.2 Critérios de prioridade	26
8. PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO.....	27
9. COMPETÊNCIAS E HABILIDADES	29
10. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR.....	30
10.1. Matriz Curricular	30
10.2. Componentes curriculares	33
10.3. Fluxograma do Curso.....	37
10.4. Quadro de Disciplinas e seus Pré-requisitos	38
10.5 Ementas e Bibliografias Básica e Complementar das Disciplinas.....	40
10.6 O Estágio Supervisionado Obrigatório	69

10.7 O trabalho de conclusão de curso.....	70
10.8 As atividades complementares	70
10.9 Apoio ao Discente	74
11. METODOLOGIA DE ENSINO E APRENDIZAGEM.....	75
12. SISTEMÁTICA DE AVALIAÇÃO	78
12.1 Da Avaliação do processo de ensino-aprendizagem.....	78
12.2 Da Avaliação do projeto pedagógico e do curso.....	79
13. QUADRO DE RECURSOS HUMANOS.....	80
13.1 Docentes.....	80
13.2 Servidores Técnicos Administrativos.....	81
14. INFRAESTRUTURA DO CURSO	82
14.1 Espaço Físico.....	82
14.2 Acervo Bibliográfico	82
REFERÊNCIAS.....	83



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
 PROJETO PEDAGÓGICO
 LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO



1. IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

DENOMINAÇÃO DO CURSO: Licenciatura em Educação/Ciências Humanas e Sociais

CRIAÇÃO DO CURSO:

Resolução N°

Publicação:

RECONHECIMENTO DO CURSO:

Portaria MEC N°

Publicação:

Parecer CFE N°

TÍTULO ACADÊMICO

Licenciado em Educação do Campo

MODALIDADE:

Ensino Presencial

DURAÇÃO DO CURSO:

Mínimo: 8 semestres

Média: 12 semestres

Máximo: 16 semestres

FORMA DE ACESSO:

Processo Seletivo (Vestibular) de acordo com edital específico publicado pela UFPI

REGIME LETIVO: Semestral

TURNOS DE OFERTA: Diurno

VAGAS AUTORIZADAS: 120 vagas – 60 vagas para o 1° semestre letivo e 60 vagas para o 2° semestre letivo

CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO: 3200 horas

Disciplinas: 2595 horas

Estágio Supervisionado: 405 horas

Atividades Complementares: 200 horas

2. APRESENTAÇÃO

Em consonância com o Edital 02, de 05 de Setembro de 2012, que se caracteriza pela CHAMADA PÚBLICA PARA SELEÇÃO DE PROJETOS DE INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE ENSINO SUPERIOR PARA O PROCAMPO, a Universidade Federal do Piauí, mais especificamente, o *Campus* Professora Cinobelina Elvas, apresenta o Projeto Político Pedagógico para o Curso de Licenciatura em Educação do Campo, com ênfase em Ciências Humanas e Sociais, que se destina à formação inicial de 120 (cento e vinte) discentes oriundos da área rural, por ano, para atuarem nas escolas do campo situadas em contextos socioculturais diversificados, na região do Vale do Gurguéia.

Neste projeto, apresentamos o contexto, as justificativas e as diretrizes curriculares organizativas para o desenvolvimento do Curso, em atendimento às demandas das políticas públicas para a Educação do Campo, bem como às proposições dos Movimentos Sociais e Sindicais, Fórum Estadual de Educação do Campo, secretarias estaduais e municipais de educação.

Assim, a Universidade Federal do Piauí, buscando realizar sua missão de elaborar, sistematizar e disseminar os saberes das diversas áreas epistemológicas, colaborando com o desenvolvimento regional e nacional, propõe-se, em uma ação pioneira no Sul do Estado, a realizar o Curso de Graduação, Licenciatura em Educação do Campo, com ênfase em Ciências Humanas e Sociais, com o objetivo de promover a formação de professores multidisciplinares, com base na Pedagogia da Alternância, para a docência nos ciclos finais do Ensino Fundamental e do Ensino Médio para a Educação do Campo.

A viabilização de formação superior específica para participantes dos movimentos camponeses tem como pretensão promover a expansão da oferta da Educação Básica nas comunidades rurais; o atendimento à demanda apresentada no campo, local em que há carência de professores qualificados para o ensino das Ciências Humanas e Sociais; além do auxílio à superação das desvantagens educacionais, observando os princípios de igualdade e gratuidade quanto às condições de acesso.

Serão beneficiados anualmente 120 (cento e vinte) discentes oriundos da área rural, para atuarem nas escolas do campo situadas em contextos socioculturais diversificados, na região do Vale do Gurguéia. Estes discentes serão selecionados mediante a um processo seletivo específico, que garanta o acesso democrático ao Curso.

O curso tem caráter regular e apoia-se em duas dimensões de alternância formativa integradas: o tempo-escola e o tempo comunidade. As atividades tempo-escola serão

realizadas nos meses de janeiro/fevereiro e julho/agosto, e, durante encontros sistemáticos no intervalo de cada tempo-escola, parte integrante das disciplinas e do Seminário Integrador . As atividades que configuram a dimensão tempo-comunidade serão realizadas no espaço socioprofissional do aluno, para que ele possa refletir sobre os problemas, discutir com a comunidade e colegas e levantar hipóteses acerca das soluções possíveis. Esta dimensão se concretizará em sala de aula, a cada retorno para as atividades de tempo-escola, mediante discussões e socializações.

A integralização do curso deverá ocorrer (preferencialmente) em 8 semestres. Os conteúdos estão distribuídos na matriz curricular caracterizada pelo regime de créditos de disciplinas. A sistemática de avaliação da aprendizagem priorizará as atividades realizadas durante todo o processo de ensino-aprendizagem, atendendo à Resolução nº 177/2012 CEPEX/UFPI, por disciplina e semestralmente. A avaliação das ações do projeto será contínua e sistemática e contribuirá para o êxito da proposta de formação de professores em Licenciatura em Educação do Campo.

3. CONTEXTUALIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

3.1 A Universidade Federal do Piauí¹

A História da Educação do Piauí traz em seus escritos o marco constituído por fatos históricos e políticos que fecundaram a criação da Universidade Federal do Piauí, a partir da junção de faculdades isoladas até então existentes no Estado: Faculdade de Direito do Piauí, Faculdade de Medicina, Faculdade Católica de Filosofia do Piauí, Faculdade de Odontologia do Piauí, de Teresina, e a Faculdade de Administração do Piauí, de Parnaíba.

Em documentos histórico-oficiais constata-se que a Universidade Federal do Piauí foi instituída sob a forma de Fundação, por meio da Lei Federal Nº 5.528, de 12 de novembro de 1968 (publicada no Diário Oficial da União em 18 de junho de 1969), sendo posteriormente regulamentada pelo Decreto-Lei Federal Nº 656, de 27 de junho de 1969 (publicado no Diário Oficial da União em 30 de junho de 1969).

Com isso, foram criadas as exigências legais que garantiram as condições objetivas para a implantação da Universidade Federal do Piauí, cuja instalação ocorreu em primeiro de março de 1971 (01/03/1971), no Salão de Festas da Sociedade Civil Clube dos Diários, em Teresina, Piauí, em meio a uma solenidade pública dirigida pelo Professor Robert Wall de Carvalho, investido naquele ato histórico-político como *Reitor Pro Tempore* e, presidida, pelo então Governador do Estado do Piauí, João Clímaco D’Almeida. A partir disso, teriam início as atividades acadêmico-administrativas de uma Instituição de Educação Superior da maior significância para o desenvolvimento social, econômico, político e cultural do Estado do Piauí.

Desde sua inauguração, foram anos de estruturação e de tentativas de melhorias de sua organização e funcionamento, condicionados, sempre, aos poucos recursos financeiros. No entanto, em fins de 2004, esta Instituição iniciou sua fase mais promissora, buscando consolidar-se como expoente no cenário nordestino e brasileiro, uma vez que, até então, padecia de um processo de praticamente estagnação e falta de perspectivas de desenvolvimento.

¹Texto disponível em <<http://www.ufpi.br/arquivos/File/UFPI%20ESPECIAL%2040%20ANOS.pdf>>, acesso em 26.mar.2011, às 15h29. Autores: Prof. Dr. Antonio José Gomes, do Departamento de Fundamentos da Educação (DEFE), do Centro de Ciências da Educação “Prof. Mariano da Silva Neto” (CCE) e Coordenador de Apoio e Assessoramento Pedagógico, da Pró-Reitoria de Ensino de Graduação (PREG)/UFPI e Prof. Dr. Luiz de Sousa Santos Júnior, do Departamento de Química, do Centro de Ciências da Natureza (CCN) e Reitor da Universidade Federal do Piauí.

É perceptível, sem buscar detalhes, que, nos últimos seis anos, a Universidade Federal do Piauí, apoiada por políticas educacionais do governo federal, vem se notabilizando por um processo de transformação no seu modo de ser, de operar e de lidar com as inquietudes do Estado do Piauí e do Brasil; razão que contribuiu para a considerável mudança em sua relação com a comunidade acadêmica (professores, alunos, servidores, terceirizados), sobretudo visando ao atendimento das demandas da sociedade piauiense.

Por isso, o ano de 2005 se coloca como marco histórico desse processo transformador, pois a UFPI iniciou a sua expansão e alargou seus horizontes acadêmico-administrativo-institucionais para oferecer educação superior de qualidade a uma parcela da população piauiense que, até então, estava alijada desse direito constitucional subjetivo.

O processo de expansão da UFPI traz consigo a concretização da esperança de jovens, adolescentes, adultos e idosos de distantes rincões do Piauí, antes impossibilitados de ascender à conquista de um diploma de nível superior; mas, traz, igualmente, a perspectiva de mudança de mentalidade do povo piauiense, acreditando-se na possibilidade de superação do atraso sócio-econômico-histórico-cultural em que se encontrava o Estado. A UFPI é, hoje, sem a menor dúvida, uma realidade palpável em regiões importantes do território piauiense, contando com novos *campi* universitários e diversos cursos: em Picos (“Senador Helvídio Nunes de Barros”) – sete, Parnaíba (“Ministro Reis Velloso”) – sete, Bom Jesus (“Professora Cinobelina Elvas”) – cinco e Floriano (“Amílcar Ferreira Sobral”) – quatro!

Mas o destaque no cenário de reformas que a UFPI vem empreendendo é para o ano de 2007, quando o Conselho Universitário (CONSUN) aprovou seu Plano de Reestruturação e Expansão (REUNI). Naquele ano, além dos quatro cursos para a cidade de Floriano, mais sete novos cursos de graduação foram aprovados para o *Campus* Universitário “Ministro Petrônio Portella”, de Teresina.

Na realidade, a partir de 2006 foram criados 29 novos cursos presenciais de graduação na UFPI e mais oito novos cursos técnicos de nível médio, sendo dois em Bom Jesus, três em Floriano e três em Teresina. Hoje, são 67 cursos presenciais de graduação, distribuídos nos cinco *campi*, abrangendo todas as regiões do Piauí. Além disso, é importante mencionar também o incremento e a viabilização de inúmeros projetos de extensão e a consolidação da pós-graduação *stricto sensu*, com a criação de mestrados em Bom Jesus – três, em Parnaíba – um, Teresina – doze e de doutorados em Teresina – cinco.

A criação e instalação do Centro de Educação a Distância (CEAD), que oferece ensino superior a distância por meio de dez cursos credenciados pela Universidade Aberta do Brasil (UAB), garante uma melhor prestação de serviços da UFPI à sociedade piauiense, seja na formação acadêmica seja na prestação de assistência e serviços àqueles que não dispõem de tempo para frequentar os cursos presenciais.

São muitas as transformações que a Universidade Federal do Piauí vem realizando e ainda almeja em todos os níveis de sua atuação acadêmico-administrativa. Exemplos importantes de realização podem ser citados como: a criação de vários sistemas *on-line* facilitando as ações acadêmico-administrativas (Sistema Eletrônico de Acompanhamento de Monitoria, Sistema Acadêmico da Graduação, Sistema Acadêmico da Pós-Graduação, Sistema de Iniciação Científica, Sistema de Distribuição de Benefícios da PRAEC).

A contratação de 255 novos técnico-administrativos, a redistribuição de carga horária docente em sala de aula, mas, principalmente a contratação de mais 815 novos professores vem contribuindo para melhorar as ações da UFPI, notadamente no que diz respeito à oferta de disciplinas para atender aos quase seis mil alunos que ingressam na Instituição a cada ano, somando-se quase 20 mil discentes presenciais em 2010, aos quais é concedida significativa assistência estudantil. Aliado a tudo isso, é necessário mencionar a reforma de prédios, salas de aulas, laboratórios de ensino, laboratórios de pesquisa, auditórios, banheiros, entre outros, bem como o equipamento de salas de aulas, laboratórios, bibliotecas, departamentos de ensino, coordenações de cursos, chefias de cursos e setores da administração superior.

De 2004 até dezembro de 2010 foram mais de 100 mil m² de área nova construída na Universidade Federal do Piauí, que se somaram aos já 130 mil m² existentes.

Há de se mencionar, também, a requalificação, reestruturação e expansão do Hospital Escola (HE), que está prestes a ser inaugurado, podendo contribuir, sobremaneira, para minimizar dificuldades relacionadas à saúde pública do Piauí. Com instalações modernas e arrojadas, possui 213 leitos para internação, 21 leitos para UTI, 54 consultórios, além de salas para cirurgias, exames especializados e análises clínicas e patológicas. Com mais de 22 mil m² de área construída, sua capacidade de atendimento será da ordem de 30 mil pessoas por mês em diversas especialidades (hemodinâmica, cirurgia cardíaca, cirurgia bariátrica, transplante de órgãos, neurologia, oncologia, ortopedia), com destaque para a clínica da saúde da mulher, e, destina-se também ao ensino, pesquisa e extensão.

São, portanto, quatro décadas de uma jovem Instituição que faz história no cenário piauiense e nordestino, começando a ganhar de forma meritocrática visibilidade em âmbito nacional. A UFPI está realmente sendo repensada, revista, recriada, reestruturada e isso vem ocorrendo, também, por meio da revisão de resoluções normativas internas, algumas historicamente desatualizadas, assim como por intermédio da aprovação de outras necessárias e urgentes a darem estabilidade ao projeto de reestruturação e mudanças que vem ocorrendo em Teresina e no Interior do Estado.

3.2 Missão da UFPI²

De acordo com o Estatuto da Universidade, é missão da UFPI “propiciar a elaboração, sistematização e socialização do conhecimento filosófico, científico, artístico e tecnológico permanentemente adequado ao saber contemporâneo e à realidade social, formando recursos que contribuam para o desenvolvimento econômico, político, social e cultural local, regional e nacional”.

A dinamicidade do mundo atual exige que as Universidades respondam, de forma rápida e criativa, às novas exigências do mundo globalizado, visando a formar profissionais inovadores, criativos e adequados aos novos mercados de trabalho demandados. Assim, com base em proposições da Declaração Mundial sobre a Educação Superior no século XXI (UNESCO, 1998), referendadas e atualizadas no documento intitulado “World Conference on Higher Education: The New Dynamics of Higher Education and Research for Societal Change and Development (UNESCO, 2009), a UFPI elegeu alguns referenciais para orientar o cumprimento da sua missão.

Referenciais orientadores do cumprimento da missão da UFPI

- Respeito à pessoa enquanto indivíduo, cidadão, membro da Instituição e da comunidade externa;
- Respeito à diversidade de pensamento, assegurando a pluralidade de opiniões;
- Convivência na diversidade, de tal modo que sejam respeitadas as diferenças e as divergências;
- Disseminação de todas as formas de conhecimento pertinentes à Instituição, democratizando continuamente o acesso;

² Texto constante do Programa de Desenvolvimento Institucional (2010-2014) da Universidade Federal do Piauí.

- Produção e inovação de conhecimentos científicos e tecnológicos que respondam às demandas sociais;
- Compromisso com a sua missão e os seus objetivos, privilegiando-a em detrimento aos interesses particulares individuais ou de grupo.

3.3 Princípios de Organização da Estrutura

A estrutura organizacional da UFPI, segundo o seu Estatuto, é regida pelos seguintes princípios: “a) unidade de patrimônio e administração; b) organicidade de estrutura, com base em Departamentos reunidos em unidades denominadas Centros de Ciências e de Tecnologia, de coordenação setorial; c) indissociabilidade das funções de ensino, pesquisa e extensão, vedada a duplicação de meios para fins idênticos ou equivalentes; d) racionalidade de organização, com utilização plena de recursos humanos e materiais; e) universalidade de campo, pelo cultivo das áreas fundamentais dos conhecimentos humanos e de áreas técnico-profissionais; f) flexibilidade de métodos e critérios, com vistas às diferenças individuais dos alunos, às peculiaridades regionais e às possibilidades de combinação dos conhecimentos para novos cursos e projetos de pesquisa”.

A observância destes princípios é regida pelas seguintes normas: a) as Unidades de ensino são órgãos, simultaneamente, de ensino, pesquisa e extensão nos respectivos campos de estudo; b) o ensino, a pesquisa e a extensão desenvolvem-se mediante a cooperação das unidades responsáveis pelos estudos compreendidos em cada área pertinente; existem Órgãos Suplementares, de natureza técnica, cultural, científica, recreativa e assistencial para seus corpos docentes, discentes e administrativo.

Na busca perene de seus objetivos, a UFPI goza de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, pautando-se na utilização de recursos humanos e materiais, enfatizando a universalidade do conhecimento e o fomento à interdisciplinaridade.

De acordo com o Plano de Desenvolvimento Institucional, a UFPI, em sua atuação, observa, sobretudo, cinco princípios norteadores:

- I- compromisso com a justiça social, equidade, cidadania, ética, preservação do meio ambiente, transparência e gestão democrática;
- II- verticalização do ensino e sua integração com a pesquisa e a extensão;

III- difusão do conhecimento científico e tecnológico e suporte aos arranjos produtivos locais, sociais e culturais;

IV- inclusão de um público historicamente colocado à margem das políticas de formação para o trabalho, dentre este, as pessoas que residem em localidades geograficamente distantes dos grandes centros educativos do Estado;

V- natureza pública e gratuita do ensino, sob a responsabilidade da União.

As unidades gestoras são organizadas em Órgãos Centrais e em Unidades de Ensino. Os primeiros são compostos pela Reitoria, Vice-Reitoria e Pró-Reitorias.

As Pró-Reitorias totalizam seis, assim denominadas:

- Pró-Reitoria de Administração – PRAD;
- Pró-Reitoria de Ensino de Graduação – PREG;
- Pró-Reitoria de Extensão – PREX;
- Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação – PRPPG;
- Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento – PROPLAN;
- Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Comunitários – PRAEC.

As Unidades de Ensino, instâncias que operacionalizam a execução das atividades de ensino, pesquisa e extensão, totalizam, conforme o Regimento da UFPI, onze, a seguir discriminadas:

- Centro de Ciências Agrárias;
- Centro de Ciências da Educação;
- Centro de Ciências Humanas e Letras;
- Centro de Ciências da Natureza;
- Centro de Ciências da Saúde;
- Centro de Tecnologia;
- *Campus* Ministro Reis Veloso – município de Parnaíba;
- *Campus* Senador Helvídio Nunes de Barros– município de Picos;
- *Campus* Professora Cinobelina Elvas– município de Bom Jesus;

- *Campus* Doutor Amilcar Ferreiro Sobral– município de Floriano
- Centro de Educação Aberta à Distância (CEAD).

De acordo com dados institucionais, o total de matriculados, em 2012, chegou a 37.749 alunos distribuídos nos cursos de graduação – presencial e à distância – e pós-graduação *lato e stricto sensu*.

No âmbito da graduação, a UFPI contabilizou, em 2012, 49 cursos distribuídos entre os diversos *campi* já listados. No contexto da pós-graduação, há um total de 35 Programas, sendo 31 em nível de mestrado, 4 doutorados institucionais, além de 8 doutorados interinstitucionais (DINTERs). Ademais, há de se mencionar a existência de cursos de especialização em distintas áreas do conhecimento.

O quadro docente da UFPI é composto por cerca de 1.500 professores efetivos. O corpo técnico administrativo é formado por cerca de 1.100 servidores, subdivididos em pessoal de nível médio e de nível superior.

Observando-se especificamente o *Campus* em que se pretende desenvolver o presente projeto, o *Campus* Professora Cinobelina Elvas (CPCE), é preciso retomar o fato de que sua implantação ocorreu em 2006, a partir do projeto de expansão da Universidade Federal do Piauí, no município de Bom Jesus, oferecendo, atualmente, o curso de Licenciatura em Ciências Biológicas (Resolução CEPEX/UFPI N° 149 de 06 de 2006) e os cursos de bacharelado em Engenharia Agrônômica (Resolução CEPEX/UFPI n° 220/06 de 19 de dezembro de 2006.), em Engenharia Florestal (Resolução CEPEX/UFPI n° 188/06 de 23 de outubro de 2006), em Medicina Veterinária (Resolução CEPEX/UFPI n° 189/06 de 23 de outubro de 2006) e em Zootecnia (Resolução CEPEX/UFPI n° 190/06 de 23 de outubro de 2006). Além disso, possui três cursos de Mestrado aprovados e já em funcionamento, sendo dois na área de Agronomia – um em Solos e Nutrição de Plantas e outro em Fitotecnia, e, um na área de Zootecnia.

O *Campus* possui corpo docente qualificado em diferentes áreas de conhecimento, o que tem viabilizado o ensino em nível de graduação e pós-graduação de qualidade, além de possibilitar a execução de pesquisas direcionadas aos interesses da região. Essas iniciativas têm sido importantes para a difusão de tecnologias e para a geração de emprego e renda local, já que a demanda por profissionais especializados nas distintas áreas de conhecimento é premente na região.

O CPCE dispõe de infraestrutura composta por blocos que abrigam os laboratórios, salas de aula, biblioteca, laboratório de informática, restaurante universitário e administração do *Campus*. Com os recursos do convênio UFPI-MCT/FINEP/Ação Transversal-Novos Campi, por meio do Edital 05/2006, foram implantados os laboratórios de Conservação de Germoplasma Vegetal, Nutrição Animal, Físico-Química e Controle Microbiológico de Alimentos. Com os recursos do convênio UFPI-MCT/FINEP/Ação Transversal-Campi Regionais, através do Edital 03/2007, foram implantados os laboratórios de Biologia Molecular, Microscopia e Biociências. Além da contrapartida da UFPI, por meio de recursos próprios, que tem contribuído substancialmente no que se refere à estrutura física e à compra de equipamentos, viabilizando a execução de projetos de pesquisa nas diversas áreas de estudo.

Apesar do tempo de funcionamento, o CPCE apresenta uma significativa demanda por projetos de pesquisa, observando-se atualmente mais de 20 (vinte) projetos de pesquisa em execução, alguns amparados pela própria Instituição e outros financiados por órgãos de fomento como FAPEPI (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Piauí), BNB (Banco do Nordeste) e CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico).

Neste contexto, há a necessidade de se implantarem novos cursos, de Graduação e de Pós-Graduação, que contribuam efetivamente para o desenvolvimento regional, visando à consolidação do *Campus* de Bom Jesus como uma unidade de pesquisa, além de contribuir com a fixação de excelentes profissionais na região.

4. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE SOCIAL E INSTITUCIONAL DO CURSO

Atendendo ao Edital 02, de 05 de Setembro de 2012, que se caracteriza pela CHAMADA PÚBLICA PARA SELEÇÃO DE PROJETOS DE INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE ENSINO SUPERIOR PARA O PROCAMPO, a Universidade Federal do Piauí, mais especificamente, o *Campus* Professora Cinobelina Elvas, apresenta o Projeto Político Pedagógico para o Curso de Licenciatura em Educação do Campo, com ênfase em Ciências Humanas e Sociais, visando cumprir seu papel de polo respondente às demandas sociais.

Quando pensamos a educação no e do campo, nos deparamos, historicamente, com um cenário de precariedade decorrente da inexistência de políticas eficientes retratadas pelas ações compensatórias, programas e projetos emergenciais que, desconsideram o campo como espaço de vida e de constituição de sujeitos-cidadãos. Tais políticas reforçam a exclusão social, distanciando ainda mais a educação ofertada no meio urbano daquela ofertada no meio rural, ou no campo.

Felizmente, muitos têm sido os movimentos relacionados à pauta do campo para o cenário das políticas educacionais, junto ao atual Governo Federal. De fato, segundo Ramos, Moreira e Santos (2004), a partir de 2003, o Ministério da Educação e Cultura deu início ao planejamento de uma política capaz de valorizar a Educação no campo e priorizar a reforma agrária e o desenvolvimento da agricultura familiar como instrumentos indispensáveis de inclusão social. A ideia destas políticas é oferecer a educação básica no meio rural com a qualidade que assegure o direito do aluno ao acesso e permanência na escola.

Entretanto, muitos entraves ainda dificultam a qualidade da oferta. Quando remontamos especificamente ao âmbito educacional, garantido constitucionalmente, nos deparamos, segundo o Caderno de subsídios de Referências para uma Política Nacional de Educação do Campo, com o fato de que apenas 9% dos professores na zona rural, nos anos iniciais do Ensino Fundamental, apresentam formação superior, enquanto, na zona urbana, esse contingente representa 38% dos docentes. O percentual de docentes com formação inferior ao Ensino Médio corresponde a 8,3% na zona rural. Nas séries finais do Ensino Fundamental, o percentual de docentes com apenas o Ensino Médio completo corresponde a 57% do total. Estes dados reforçam a condição de carência da zona rural, potencializando as desigualdades entre a cidade e o campo.

Diante desta realidade e conscientes de que a educação é um dos caminhos para promover a inclusão social e o desenvolvimento sustentável, o Governo Federal tem buscado garantir a qualidade da educação no campo. E, com este propósito lançou o PROCAMPO, o Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo, ao qual a Universidade Federal do Piauí (UFPI) apoia e adere, assumindo sua função de formadora de competências que possibilitem aos indivíduos o exercício efetivo da cidadania.

Desse modo, apresentamos nesse projeto, como já explicitado anteriormente, a intenção de um curso de Licenciatura em Educação do Campo/Ciências Humanas e Sociais, de caráter regular, baseado nas práticas próprias da Pedagogia da Alternância que, de acordo com o Parecer CNE/CEB Nº. 01/2006, se coloca como uma alternativa eficiente para a Educação, pois visa estabelecer a relação entre família, comunidade e escola. Neste caso, o aluno alterna períodos de aprendizagem na família, em seu lócus socioprofissional e em sala de aula, estabelecendo uma sinergia entre escola e trabalho, otimizada pelas práticas pedagógicas.

Com efeito, neste projeto, pretende-se que o aluno, no decorrer de suas atividades acadêmicas, desenvolva planos de estudo a serem executados em seu meio familiar e profissional, durante o tempo-comunidade, exigindo-lhe atitude de pesquisa, reflexão e discussão com seus familiares, colegas e profissionais para entender e propor soluções acerca de temáticas pertinentes ao curso e à sua realidade.

Quando o aluno retorna para vivenciar a rotina da sala de aula tradicional, há um momento de socialização destas experiências vividas, o que lhe permitirá (re)elaborar constantemente a leitura de sua realidade, em todos os seus aspectos, por meio de novos saberes que lhe permita explicar, compreender e agir, tomando o conhecimento científico como base para sua ação pedagógica.

Estas duas dimensões, o tempo-escola e o tempo-comunidade, devem estar estritamente articuladas, possibilitando que as experiências trazidas pelo aluno do meio sociocultural sejam expandidas para o tempo-escola, constituindo fontes de reflexão e aprendizagem. Isso significa que a formação ocorrerá em ação, na conexão entre teoria e prática, o que gerará aprendizagens significativas e reais.

Sob este enfoque, o curso contempla a diversidade do campo nos aspectos raciais, étnicos, culturais, políticos, econômicos e de gênero, respeitando os artigos 23, 26 e 28 da LDBEN Nº. 9394/96. Também contempla as Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos

de Formação de Professores, incorporando conteúdos de basilar importância para a formação de educadores para a Educação Básica.

Como se trata de Educação no Campo, fundamentamo-nos também na Resolução CNE/CEB Nº. 01, de 03 de abril de 2002, que institui Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas escolas do campo. Que propõe uma organização curricular e pedagógicas por meio de eixos temáticos como agricultura familiar, etnia, cultura e identidade, desenvolvimento sustentável, sistemas de produção e processos de trabalho no campo, entre outros.

Além disso, formar professores para o campo, como a UFPI está propondo, significa elevar o índice de escolarização de nossa região, a Nordeste, além de contribuir para o desenvolvimento social economicamente justo e ecologicamente sustentável da região do Vale do Gurugúia, uma vez que este curso, firmado em concepções sociais modernas e valores humanistas, centra-se no propósito de oferecer, ao profissional da Educação no Campo, opções de conhecimento que lhe possibilitem a inserção no mercado de trabalho, considerando os diferentes contextos interculturais e sem perder de vista seu compromisso ético e sua responsabilidade socioeducacional.

Ademais, a necessidade de um Curso de Licenciatura em Educação do Campo está posta pela demanda crescente das áreas de Reforma Agrária em todo o Brasil, de modo a garantir uma política pública que se volte para o desenvolvimento econômico dos Assentamentos e para o desenvolvimento intelectual e cultural de trabalhadores do campo e seus filhos, por meio do aumento do acesso à escolarização em nível básico e superior.

Assim, o Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Educação do Campo, com ênfase em Ciências Humanas e Sociais, com duração de 4 anos, surge em meio aos esforços de áreas de estudos/experiências engendradas na cotidianidade dos pesquisadores da UFPI e às práticas da diversidade e alteridade dos assentamentos rurais do Estado do Piauí; destinando-se à formação de educadores para atuação nas escolas do campo situadas nestes contextos específicos e socioculturalmente diversificados.

É interessante salientar que a proposta do Projeto foi formulada a partir das demandas advindas de atividades com a população pertencente ao campo e com os diversos movimentos sociais que vêm sendo promovidas por pesquisadores da instituição nos últimos anos. Além disso, a atuação do grupo de trabalho junto ao atendimento de demandas populares pode ser

comprovada em artigos, livros, trabalhos em congressos, dentre outras respostas construídas para atender aos inúmeros Editais de ações afirmativas.

Nesse sentido, faz-se necessário remontar ao fato de que, ao longo de sua existência, a UFPI vem qualificando profissionais e executando ações de pesquisa e extensão ligadas ao meio rural em suas múltiplas dimensões: insumos, produção agrícola, tecnologias alternativas, educação, desenvolvimento rural e relações sociais, entre outros aspectos; investindo na formação humana e tecnológica, consolidando um novo paradigma de desenvolvimento e de produção sustentável para essas comunidades, oferecendo uma formação cidadã aos graduandos.

Nessa esteira, este projeto político-pedagógico se apresenta como mais um momento de consolidação de uma reflexão teórica a respeito da realidade do campo, de práticas pedagógicas autênticas e consistentes no que tange a esta mesma realidade, beneficiando assentados da Reforma Agrária do Estado do Piauí e a população pertencente aos diversos movimentos sociais representados pela Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (Fetag), Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Sem Terra(MST), Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar(Fetraf), Movimento dos Pequenos Agricultores e Caritas.

Não obstante, o curso visa garantir, ao aluno, o domínio de conteúdos, métodos e abordagens relativos à docência e ao trabalho voltado para o Ensino Básico, em escolas do campo; buscando-se, assim, uma educação sintonizada com o seu tempo, concretizando-se com a ampliação das possibilidades educacionais ajustadas aos valores essenciais da convivência humana. Princípios como tolerância, respeito às diferenças, opções construídas consensualmente, permitirão um terreno firme sobre o qual se desenvolverão as atividades educacionais. Dessa forma, as diferentes tendências filosófico-pedagógicas potencializarão o desenvolvimento da criticidade, valorizando-se a conformação de opções existenciais e profissionais, individuais e coletivas, voltadas para a construção de uma sociedade mais justa.

Nesse contexto, considerando-se o esforço nacional do Ministério da Educação, Movimentos Sociais, entidades, Secretarias e Universidades para a implementação de uma política nacional de Educação do Campo, o Curso de Licenciatura em Educação do Campo é uma ação estratégica e ímpar, para assegurar a especificidade da formação na diversidade sociocultural, do direito universal dos povos do campo à educação pública de qualidade e socialmente referenciada.

4.1 Diagnóstico da situação atual da formação de profissionais para a docência para os anos finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio:

De acordo com as Sinopses Estatísticas do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, atualizadas em 2011, o Piauí³ tem 45.187 professores atuantes na Educação Básica. Destes, 34.896 lecionam nos anos finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio.

Tabela 1 - Número de Professores da Educação Básica por Escolaridade Região Nordeste-2011

Estado	Fundamental	Médio		Superior	Total
		Magistério	Ensino Médio		
Piauí	1.553	14.396	4.642	24.596	45.187
Maranhão	1.189	50.037	5.740	33.225	90.191
Ceará	457	17.489	13.432	55.689	87.067
Rio G. do Norte	309	8.237	4.959	21.135	34.640
Paraíba	504	13.610	4.625	26.732	45.471
Pernambuco	777	32.432	5.596	50.308	89.113
Alagoas	261	14.072	3.005	13.919	31.257
Sergipe	204	5.658	1.920	15.344	23.129
Bahia	1.444	85.642	14.031	51.531	152.64
					8

Fonte: Sinopses Estatísticas do INEP - Atualizado em 2011.

Quanto ao diagnóstico da formação dos profissionais de Educação, pode-se afirmar, de acordo com o quadro, que 1.553 professores do Piauí ainda possuem apenas o Ensino Fundamental como maior grau de escolarização. Os professores detentores apenas de Ensino Médio somam 19.038 docentes. Os portadores de curso superior totalizam 24.596.

Como se percebe ao analisar o quadro, 45,6% dos professores da Educação Básica no Piauí não possuem curso superior, fazendo com que o estado detenha o maior índice da região de professores em atividade com apenas Ensino Fundamental. Esta realidade aponta para a necessidade urgente de formação em nível superior para estes docentes, atendendo à prerrogativa legal da Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9.394, de 1996, em seu Art. 62:

³ Dados disponíveis em: <<http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-sinopse-sinopse>>. Acesso em 20/10/2012.

A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade Normal (BRASIL, 1996).

Quando a análise foca a questão da adequação entre formação e exercício, os dados apontam que 32% de docentes dos anos finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio ministram apenas 1 disciplina. Os 78% restantes ministram mais de uma disciplina. Isso possibilita afirmar que parte destes professores está lecionando disciplinas distintas de sua formação inicial.

Segundo dados da Secretaria Estadual de Educação do Piauí (2011), o déficit de professores está em torno de 6.000 profissionais, sendo as áreas de Física, Química, Ciências Biológicas e Matemática as mais precárias, muito embora haja a necessidade de muitos profissionais das outras áreas. A situação se agrava ainda mais no interior do estado e nas escolas do/no campo.

Além disso, os diagnósticos da educação do campo têm apontado como principais desafios: a insuficiência e a precariedade das instalações físicas da maioria das escolas; as dificuldades de acesso dos professores e alunos às escolas, em razão da falta de um sistema adequado de transporte escolar; a falta de professores habilitados e efetivados, responsável por uma constante rotatividade; o privilégio de uma visão urbana de educação e desenvolvimento sobre o currículo; a ausência de assistência pedagógica e supervisão escolar nas escolas rurais; o predomínio de classes multisseriadas com educação de baixa qualidade; a falta de atualização das propostas pedagógicas das escolas rurais; o baixo desempenho escolar dos alunos e elevadas taxas de distorção idade-série; os baixos salários e a sobrecarga de trabalho dos professores, quando comparados com os dos que atuam na zona urbana; a necessidade de reavaliação das políticas de nucleação das escolas; a implementação de calendário escolar adequado às necessidades do meio rural, em função dos períodos de safra.

Assim, compreendemos que a educação do campo deve ter o caráter universal, devendo, no entanto, pautar-se pelas especificidades do meio, valorizando sua perspectiva cultural, além de proporcionar aos alunos oportunidades de prosseguimento dos estudos e sua inserção no mundo do trabalho, ampliando os padrões de cidadania de sua população.

Dessa forma, torna-se imprescindível que a Universidade Federal do Piauí continue atuando na superação deste quadro, mais especificamente no atendimento às escolas do/no campo, carentes de políticas próprias de formação, que pensem o professor sendo formado a

partir e para o espaço no qual atua, possibilitando-lhe não somente o acesso, mas a permanência na academia. Esse objetivo será alcançado pela implementação deste Projeto Político Pedagógico e pelas possibilidades de Ensino, Pesquisa e Extensão abertas aos docentes e discentes do curso.

5. PRINCÍPIOS CURRICULARES NORTEADORES DO CURSO

5.1 Aspectos inovadores na Integração Ensino, Pesquisa e Extensão.

Na graduação, é importante que haja um princípio educativo e uma metodologia que contemplem o processo de produção do conhecimento por meio da dimensão investigativa e do contato com o real.

Assim, o processo de formação do profissional do Curso de Licenciatura em Educação do Campo proposto está centrado no tripé ensino-pesquisa-extensão, possibilitando que estudantes e orientadores partilhem o complexo exercício da prática reflexiva, assolada por múltiplas buscas e inquietações, contribuindo para a formação de novas gerações de professores-pesquisadores.

Vale destacar, ainda, em termos de pesquisa, o TCC (Trabalho de Conclusão de Curso), uma atividade de integração curricular obrigatória que consiste no trabalho final do Curso de Licenciatura em Educação do Campo, sob orientação de um professor responsável. Seu objetivo é o de estimular a produção científica, oportunizando experiências de pesquisa, relacionando teoria e prática, aprimorando a reflexão sobre as questões voltadas à área de conhecimento do curso e seu viés educacional. Por inserir-se no aprendizado do aluno, trata-se de um momento em que dever-se-ia viabilizar a oportunidade de teste de hipóteses e de experimentação de metodologias e materiais didáticos, o que em muito contribuiria para a formação do licenciado.

Quanto ao ensino pretendido, este deverá ocorrer em sintonia com a questão científica, ao longo do curso, e, de maneira interdisciplinar, baseando-se sempre na Pedagogia da Alternância, criando-se condições de ensino em função de relações dinâmicas entre as diferentes disciplinas e aliando-se às questões sociais. Dessa forma, a par dos conteúdos específicos, buscar-se-á ampliar os conhecimentos oferecidos aos graduandos, especialmente, aqueles voltados à prática educacional, permitindo saberes necessários para a atuação nas áreas de Ciências Humanas e Sociais.

A extensão apresenta-se, nesse contexto, com o propósito de buscar o equilíbrio entre as demandas socialmente exigidas e as inovações que surgem do trabalho acadêmico. Considerando-se tal propósito, serão preparados programas, projetos e cursos de extensão diversificados que articulem ensino e pesquisa e ofereçam uma educação continuada.

Busca-se, assim, ampliar as oportunidades de aprendizado e crescimento dos alunos para que estes possam desempenhar, de forma competente, suas atividades profissionais. Além disso, reforça-se a necessidade de se entender a Educação além dos limites da sala de aula e, mais ainda, a participação efetiva da instituição na comunidade em que está inserida.

5.2 Prática como componente curricular

De acordo com a Resolução CNE/CP 1/2002, a prática, na matriz curricular, não poderá ficar reduzida a um espaço isolado, que a restrinja ao Estágio Supervisionado, desarticulando-a do restante do curso (Art. 12 § 1º). A prática deverá estar presente desde o início do curso e permear toda a formação do professor (Art. 12 § 2º), constituindo os componentes curriculares de formação no interior de todas as áreas ou disciplinas (Art. 12 § 3º).

Ainda com a Resolução, soubemos que as práticas deverão ter tempo e espaço curricular específico e promover as articulações interdisciplinares (Art. 13). Articulações estas que devem ser desenvolvidas com ênfase nos procedimentos de observação e reflexão, visando à atuação em situações contextualizadas, com o registro dessas observações realizadas e a resolução de situações-problema (Art. 13 § 1º).

É necessário dizer que a presença da prática profissional na formação do professor, não prescinde da observação e ação direta, podendo ser enriquecida com tecnologias da informação, incluídos o computador e o vídeo, narrativas orais e escritas de professores, produções de alunos, situações-problemas, simuladores e estudos de casos (Art. 13 § 2º).

Em nossa proposta curricular, a prática como componente curricular deverá contemplar a transposição didática, já que cabe ao licenciando conhecer os conteúdos que serão desenvolvidos, com seus alunos, no Ensino Fundamental e Médio. No entanto, a formação de professores não deverá restringir-se apenas à preparação para a regência, devendo capacitar os futuros profissionais quanto: à participação no projeto educativo da escola, ao relacionamento com alunos e com a comunidade, às discussões sobre as temáticas relacionadas ao sistema educacional e à análise e compreensão de sua atuação.

No que se refere à forma de realização das práticas, de acordo com o Parecer CNE/CP 009/2001, muitas podem ser as ações, desde que se incluam estudos e discussões de temáticas que integrem os conhecimentos com as vivências do aluno, o contato com a escola, o conhecimento da estrutura e funcionamento da escola e, os conteúdos desenvolvidos em outras disciplinas, viabilizando a concepção e a execução de práticas pedagógicas para o ensino de Ciências Humanas e Sociais.

6. OBJETIVOS DO CURSO

6.1. OBJETIVO GERAL:

Promover formação de professores numa perspectiva sólida na área de conhecimento de Ciências Humanas e Sociais para atuação nas escolas do/no campo, assegurando o acesso e permanência de professores atuantes e dos sujeitos participantes dos movimentos sociais organizados em cursos de nível superior, com vistas a atender à demanda social e pedagógica das comunidades do campo.

6.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- Formar professores dos ciclos finais do Ensino Fundamental e do Ensino Médio para a docência multidisciplinar e para a gestão de processos de educação básica em escolas do campo na área de Ciências Humanas e Sociais;
- Viabilizar um processo de formação participativa de educadores da reforma agrária para que estes possam desenvolver estratégias pedagógicas que visem à formação de sujeitos humanos autônomos e criativos capazes de produzir soluções para questões inerentes à sua realidade;
- Criar estratégias formativas, em nível superior, no espaço territorial de convivência dos professores de escolas do/no campo e assentados da reforma agrária, tornando-os aptos a desenvolverem estratégias de desenvolvimento local sustentável; e,
- Proporcionar um processo de manutenção das ruralidades existentes no estado do Piauí, evitando o deslocamento de professores e assentados da reforma agrária para capital do estado em busca de cursos de formação em nível superior.

7. PROCESSO DE SELEÇÃO E ACESSO

7.1 Critérios de seleção

A seleção para ingresso em curso de Licenciatura em Educação do Campo será específica e diferenciada da atual forma de acesso à UFPI, que desde 2011 adotou o Exame Nacional do Ensino Médio-ENEM como único instrumento de avaliação.

Entendendo a especificidade do curso e do profissional que se pretende formar, optamos por um processo seletivo que objetivará oferecer oportunidade ampla de acesso aos professores que já estão em exercício e demais interessados que apresentem estreita ligação com o campo. Para assegurar tal objetivo, serão desenvolvidas as seguintes ações:

- Edital para Seleção específica, cuja data de divulgação constará do calendário anual do curso e trará a obrigatoriedade de apresentação de Carta de Recomendação da qual conste a vinculação/pertencimento à comunidade, associação, cooperativa, sindicatos, pastorais sociais, escola ou movimentos sociais do campo.
- Para os candidatos que já exercem a atividade docente em escola do /no campo, será solicitado documento comprobatório.
- Homologação de inscrições mediante a apresentação de documentação;
- Aplicação de prova de produção textual: peso para aspectos formais (linguísticos) e específicos (saberes relacionados às discussões, produção e vivências do campo);
- Ampla divulgação dos resultados e recursos. Os resultados serão utilizados para a formação de 2 turmas anuais, com entradas semestrais.

Para assegurar a qualidade do processo seletivo, as produções textuais serão avaliadas por professores especialistas na área de Educação do Campo ou que tenham vinculação com a Educação do Campo.

7.2 Critérios de prioridade

A prioridade da Licenciatura em Educação do Campo será a demanda de professores que atuam nas escolas do/ no campo, nos anos finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio e não possuem formação em nível superior. Estando atendida esta demanda, as vagas remanescentes serão distribuídas observando a existência de:

- 1- Candidatos vinculados às práticas produtivas e sociais do campo, residentes no campo, participantes de movimentos, associações, cooperativas, sindicatos de camponeses;
- 2- Alunos oriundos de Escolas Técnicas ou Agrotécnicas, Escolas Famílias Agrícolas, Casas Familiares Rurais, Escolas de Assentamentos e demais escolas rurais.

8. PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO

O Curso preparará professores em Licenciatura em Educação no campo para atuarem no ensino fundamental e Médio, nas escolas do e no campo nas disciplinas de Ciências da Natureza, proporcionando ao aluno o conhecimento necessário ao entendimento da natureza, enfocando a Terra e o Universo dentro de uma visão multidisciplinar. Portanto, espera-se que o licenciado possa orientar seus alunos a adquirirem um conhecimento integrado, uma vez que em seu processo formativo pretende-se adotar a sistemática de conteúdos multidisciplinares.

Além dos conteúdos curriculares presentes nas disciplinas específicas, a preocupação também será a de oferecer a este acadêmico, bases sólidas para entender a dinamicidade do Campo em seus aspectos históricos, culturais, econômicos e sociais. Este conhecimento, acredita-se, possibilitará o desenvolvimento do trabalho pedagógico comprometido com a oferta de educação de qualidade às populações do campo, ou seja, da educação que de fato lhes possibilitará condições de vida digna.

O Curso de Licenciatura em Educação do Campo/Ciências Humanas e Sociais visa formar profissionais interculturalmente competentes, capazes de lidar, de forma crítica, com as questões humanas e sociais, em diversos contextos da Educação Básica nas escolas do campo, além de fazerem a gestão de processos educativos e desenvolverem estratégias pedagógicas impulsionadoras da formação de sujeitos autônomos e criativos vinculados a um projeto de desenvolvimento do campo.

De acordo com o Parecer CNE/CES 492/2001, o profissional habilitado em Ciências Humanas e Sociais deve ter domínio da bibliografia teórica e metodológica básica, autonomia intelectual, capacidade analítica, competência de articulação entre teoria, pesquisa e prática social, bem como compromisso social. Deve ser capaz de refletir teoricamente sobre as questões humanas e sociais, de fazer uso de novas tecnologias e de compreender sua formação profissional como processo contínuo, autônomo e permanente. A pesquisa e a extensão, além

do ensino, devem articular-se neste processo. O profissional deve, ainda, ter capacidade de reflexão crítica sobre temas e questões relativas aos conhecimentos de humanidades.

Além disso, acreditamos ser necessário remontar à Resolução N° 177/12-CEPEX/UFPI (Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão/UFPI) que corrobora a definição do perfil do egresso, apontando para a importância de que um profissional da Educação Básica seja capaz de:

I - Atuar na Educação Básica formal e em outros espaços educativos, com o domínio do processo educacional e do conhecimento das condições históricas, sociais, políticas e culturais no contexto de sua atuação;

II - Demonstrar capacidade crítica e de criação no exercício profissional;

III - Articular teoria e prática, saberes da formação e saberes escolares no processo de transposição didática;

IV - Conscientizar-se da necessidade de buscar formas de atualização e aperfeiçoamento de sua formação;

V - Atuar, coletivamente, partilhando experiências profissionais;

VI - Estabelecer o diálogo entre a área Ciências Humanas e Sociais e as demais áreas do conhecimento, articulando o saber científico à realidade;

VII - Desenvolver com autonomia, processos investigativos sobre fenômenos educacionais e práticas educativas;

VIII - Planejar, executar e avaliar o processo ensino – aprendizagem; e,

IX - Assumir postura crítica e transformadora, fundamentada em uma visão sócio-histórica da educação e da sociedade.

9. COMPETÊNCIAS E HABILIDADES

Com base na proposta ora apresentada, espera-se que, ao final do curso, o licenciado em Educação do Campo, com ênfase em Ciências Humanas e Sociais apresente as seguintes competências e habilidades:

- a) Domínio da bibliografia teórica e metodológica básica, autonomia intelectual, capacidade analítica, competência na articulação entre teoria, pesquisa e prática social e compromisso social;
- b) Capacidade de formular e propor soluções a problemas, nos diversos campos do conhecimento; de desenvolver uma consciência crítica sobre conhecimento, razão e realidade sócio-histórico-política;
- c) Capacidade para análise, interpretação e comentário de textos teóricos;
- d) Compreensão da importância das questões acerca do sentido e da significação da própria existência e das produções culturais;
- e) Percepção da integração necessária entre Ciências Humanas e Sociais e a produção científica, artística, bem como com o agir pessoal e político;
- f) Capacidade de relacionar o exercício da crítica com a promoção integral da cidadania e com o respeito à pessoa, dentro da tradição de defesa dos direitos humanos;
- g) Competência na utilização da informática;
- h) Domínio das diferentes concepções metodológicas que referenciam a construção de categorias para a investigação e a análise das relações sócio-históricas;
- i) Problematização, nas múltiplas dimensões das experiências dos sujeitos históricos, da constituição de diferentes relações de tempo e espaço;
- j) Conhecimento de informações básicas referentes às diferentes épocas históricas nas várias tradições civilizatórias assim como sua inter-relação;
- k) Trânsito pelas fronteiras da área de Ciências Humanas e Sociais;
- l) Desenvolvimento de pesquisas, a produção do conhecimento e sua difusão não só no âmbito acadêmico, mas também em outras instituições;
- m) Domínio dos conteúdos básicos que são objeto de ensino – aprendizagem no ensino fundamental e médio;
- n) Domínio dos métodos e técnicas pedagógicos que permitem a mediação do conhecimento para os diferentes níveis de ensino;

10. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

10.1. Matriz Curricular

O curso de Licenciatura em Educação do Campo caracteriza-se por ter uma formação específica para professores que atuam/atuarão em escolas rurais de Educação Básica. Assim, há disciplinas voltadas para a realidade camponesa, para que se evidencie o modo de viver do povo do campo, destacando-se, prioritariamente, suas organizações sociais; além de um eixo de disciplinas de formação básica em sociologia, história, filosofia, geografia e educação.

A carga horária total do Curso compreende 3200 horas, das quais, 2595 horas (173 créditos) distribuídas entre disciplinas obrigatórias e optativas. O estágio supervisionado obrigatório terá duração de 405 horas (27 créditos). As atividades complementares deverão perfazer 200 horas. O Trabalho de Conclusão de Curso terá como carga horária 120 horas.

Serão oferecidas 120 vagas, com uma entrada de 60 estudantes no segundo semestre de 2013 e mais 60 estudantes no primeiro semestre de 2014. O curso será oferecido em período diurno e utilizará o período noturno para a realização de atividades pedagógicas e extracurriculares, já que se trata-se de um curso em regime de alternância, ou seja, vale-se de uma metodologia que diferencia os espaços pedagógicos.

Sendo assim, será realizada uma divisão entre os espaços educativos, tendo como base o tempo-comunidade e o tempo-escola, além de uma interligação entre estes dois momentos. No tempo-escola, o estudante estará na Universidade para cursar as diferentes disciplinas oferecidas pela UFPI. Enquanto que, no tempo-comunidade, haverá a realização de atividades no espaço de vivência do estudante.

Assim, semestralmente, após cursar as disciplinas, o estudante sairá da universidade e permanecerá no assentamento ou na escola rural em que atua, desenvolvendo atividades que interliguem estes dois tempos. Caberá aos professores do curso acompanhar e vivenciar juntamente com os estudantes o tempo-comunidade, em que serão realizadas atividades de ensino, pesquisa e extensão universitária, nas múltiplas áreas de atuação dos estudantes.

Caracterização do tempo-escola:

1. **Disciplinas.** Serão montadas aulas expositivas e dialogadas, além da realização de visitas e diálogos com sujeitos sociohistóricos locais.
2. **Estudos Individuais.** Estes estudos serão orientados pelos professores e serão base para as práticas de pesquisa e extensão em escolas do campo e junto aos movimentos sociais e sindicais. Sobre cada estudo individual orientado, o educando/a

deverá produzir um roteiro de apresentação das questões, que será discutido, avaliado e aplicado considerando-se as áreas de vivências dos estudantes.

3. **Oficinas.** As oficinas priorizarão a atenção aos processos de socialização e de produção coletiva do conhecimento, enfatizando a criação de materiais pedagógicos que congreguem as tecnologias educacionais disponíveis. A produção de materiais pedagógicos terá como base a observação da realidade educacional do campo durante o tempo-comunidade, respeitando-se, assim, a realidade dos territórios nos quais se localizam os assentamentos.

4. **Linhas de Pesquisa.** Cada aluno apresentará, já na segunda etapa do curso, uma carta de intenções acerca de um projeto de pesquisa. A partir dos interesses apresentados pelos educandos, serão construídas as Linhas de Pesquisa do curso. Os projetos de pesquisas serão acompanhados por uma orientação coletiva de profissionais a serem indicados pelo Colegiado de Curso a cada etapa de estudos. No final do Curso, o educando/a apresentará um trabalho de conclusão baseado nas pesquisas desenvolvidas nas etapas anteriores. Este trabalho terá um cunho participativo e emancipador quanto às comunidades envolvidas. Cada comunidade ou escola envolvida deverá apresentar uma carta de concordância de participação e envolvimento no projeto de extensão e/ou pesquisa.

5. **Práticas de planejamento de pesquisa e/ou extensão.** No final de cada etapa do tempo-escola, os educandos realizarão um trabalho integrado a partir de uma questão-problema própria ao seu projeto de extensão/pesquisa, oportunizando a integração e relação dos eixos temáticos desenvolvidos ao longo da etapa do tempo-escola.

6. **Seminários Integradores (120h).** Os seminários de Integração terão como base a socialização dos estudos individuais a partir de questões delineadas pelos professores, bem como a socialização da produção realizada no tempo-comunidade. Nestes seminários, serão apresentados os resultados das práticas de pesquisa e extensão desenvolvidas na comunidade.

7. **Trabalho de Conclusão de Curso (120h).** Elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso a partir dos resultados obtidos nos projetos de extensão/pesquisa e práticas pedagógicas desenvolvidas ao longo das seis etapas do curso.

8. **Excursões duplamente emancipatórias.** Realização de visitas a comunidades, assentamentos e escolas rurais das localidades envolvidas no projeto, bem como a

apresentação das diferentes dependências da universidade como eixo integrador do desenvolvimento das atividades pedagógicas.

9. **Estágio curricular supervisionado.** A prática como estágio supervisionado e componente curricular coloca-se como condição para o exercício da docência, já que oportuniza a vivência in loco e o conhecimento de situações reais da Educação no Campo, naquilo que se refere às práticas pedagógicas nos ciclos finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio.

Caracterização do tempo-comunidade:

1. **Estudos da Realidade/Pesquisa e Práticas Pedagógicas nos assentamentos, áreas de agricultura familiar ou escolas rurais ou do campo. Mapeamento dos Assentamentos da Reforma Agrária e Comunidades Rurais envolvidas no Projeto.** Nos estudos desenvolvidos em ambiente real, o educando acentuará sua formação como educador-pesquisador, realizando, portanto, pesquisas e práticas pedagógicas. Neste sentido, a reconstrução histórica de seu assentamento, bem como de seu município é a base da metodologia de pesquisa, reconstruindo a totalidade das relações sociais historicamente produzidas, abrangendo a Memória Social, o Patrimônio Imaterial e Físico, a dinâmica das Escolas do Campo nas Regionais, recuperando histórias, objetos e territórios que vão se perdendo, além de reconstruir dados socioeconômicos e análises políticas. No retorno de cada tempo-comunidade, os educandos apresentarão oralmente suas percepções e entregarão um registro escrito acerca de suas observações e aprendizados. Estes estudos serão utilizados na construção do trabalho final a ser apresentado para uma banca examinadora e para a comunidade envolvida.

2. **Construção de dados para elaboração do Trabalho de Conclusão do Curso.** Neste tempo os estudantes realizarão pesquisas e atividades que darão suporte à construção do Trabalho de Conclusão de Curso, que deverá obrigatoriamente estar calcado em seu projeto de extensão/pesquisa. As comunidades serão envolvidas de acordo com as necessidades e demandas apresentadas pelos grupos sociais envolvidos na formação. Assim, relatos, fotografias, depoimentos, observação e acompanhamento do cotidiano dos sujeitos sociais serão utilizados na elaboração da pesquisa que obrigatoriamente será apresentada na universidade e no assentamento ou escola envolvida.

3. **Excursões didático-pedagógicas.** Serão realizadas visitas para o acompanhamento de atividades desenvolvidas por assentados da reforma agrária ou sujeitos vinculados aos diversos movimentos sociais. Além das visitas aos assentados, também serão alvo dessas ações áreas quilombolas, grupos de assalariados rurais no estado do Piauí e em outros estados vizinhos.

4. **Estágio curricular supervisionado.** A prática como estágio supervisionado e componente curricular coloca-se como condição para o exercício da docência, já que oportuniza a vivência in loco e o conhecimento de situações reais da Educação no Campo, naquilo que se refere às práticas pedagógicas nos ciclos finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio.

10.2. Componentes curriculares

1º. Semestre – Bloco I

Código	Nome das Disciplinas	Créditos	CH Semestral			Total
			Teórico	Prático	Teórico-Prático	
	Seminário de Introdução ao Curso	1.0.0	15	-	-	15
	Metodologia Científica	3.1.0	45	15	-	60
	História da Educação	3.1.0	45	15	-	60
	Introdução aos Estudos Históricos	3.1.0	45	15	-	60
	Introdução aos Estudos Geográficos	3.1.0	45	15	-	60
	Introdução à Sociologia	3.1.0	45	15	-	60
	Introdução à Filosofia	3.1.0	45	15	-	60
	Seminário Integrador I	0.0.1	-	-	15	15
Total		19.6.1	285	90	15	390

2º. Semestre – Bloco II

Código	Nome das Disciplinas	Créditos	CH Semestral			Total
			Teórico	Prático	Teórico-Prático	
	Sociologia da Educação	3.1.0	45	15	-	60
	Filosofia da Educação	3.1.0	45	15	-	60
	Iniciação à Antropologia	3.1.0	45	15	-	60
	Iniciação à Política	3.1.0	45	15	-	60
	Formação Econômica do Brasil	3.1.0	45	15	-	60
	Organização Espacial do Brasil I	3.1.0	45	15	-	60
	Seminário Integrador II	0.0.1	-	-	15	15
Total		18.6.1	270	90	15	375

3º. Semestre – Bloco III

Código	Nome das Disciplinas	Créditos	CH Semestral			Total
			Teórico	Prático	Teórico-Prático	
	Ética na Educação	3.1.0	45	15	-	60
	Legislação e Organização da Educação Básica e do Campo	3.1.0	45	15	-	60
	Sociologia Brasileira	3.1.0	45	15	-	60
	História, Identidade e Memória dos povos do Campo	3.1.0	45	15	-	60
	História Agrária	3.1.0	45	15	-	60
	Geografia Agrária	3.1.0	45	15	-	60
	Seminário Integrador III	0.0.1	-	-	15	15
Total		18.6.1	270	90	15	375

4º. Semestre – Bloco IV

Código	Nome das Disciplinas	Créditos	CH Semestral			Total
			Teórico	Prático	Teórico-Prático	
	Didática	3.1.0	45	15	-	60
	Psicologia da Educação	3.1.0	45	15	-	60
	História e Movimentos Sociais	3.1.0	45	15	-	60
	Estado, Cidadania e Democracia	2.1.0	30	15	-	45
	Sociologia Rural e Ambiental	3.1.0	45	15	-	60
	Organização Espacial do Nordeste	3.1.0	45	15	-	60
	Seminário Integrador IV	0.0.1	-	-	15	15
Total		17.6.1	255	90	15	360

5º. Semestre – Bloco V

Código	Nome das Disciplinas	Créditos	CH Semestral			Total
			Teórico	Prático	Teórico-Prático	
	Avaliação da Aprendizagem	3.1.0	45	15	-	60
	Metodologia de Ensino de Ciências Humanas e Sociais	2.2.0	30	30	-	60
	Meio Ambiente e Relações Sociais	2.1.0	30	15	-	45
	Pensamento Social e Político no Brasil	2.1.0	30	15	-	45
	Desenvolvimento Sustentável no Campo	2.1.0	30	15	-	45
	Filosofia e Linguagem	2.1.0	30	15	-	45
	Estágio Curricular Supervisionado I	0.0.5	-	-	75	75
	Seminário Integrador V	0.0.1	-	-	15	15
Total		13.7.6	195	105	90	390

6º. Semestre – Bloco VI

Código	Nome das Disciplinas	Créditos	CH Semestral			
			Teórico	Prático	Teórico-Prático	Total
	Relações Étnico-Raciais, Gênero e Diversidade	3.1.0	45	15	-	60
	Libras	3.1.0	45	15	-	60
	Prática de Pesquisa e Extensão em Escolas do Campo	2.2.0	30	30	-	60
	Organização e Gestão da Produção do Campo	2.1.0	30	15	-	45
	Estágio Curricular Supervisionado II	0.0.6	-	-	90	90
	Optativa I	3.1.0	45	15	-	60
	Seminário Integrador VI	0.0.1	-	-	15	15
Total		13.6.7	195	90	105	390

7º. Semestre – Bloco VII

Código	Nome das Disciplinas	Créditos	CH Semestral			
			Teórico	Prático	Teórico-Prático	Total
	Prática de Pesquisa e Extensão em Movimentos Sociais	3.1.0	45	15	-	60
	Agroecologia e Desenvolvimento Rural	2.1.0	30	15	-	45
	Trabalho de Conclusão de Curso I	1.3.0	15	45	-	60
	Estágio Curricular Supervisionado III	0.0.8	-	-	120	120
	Optativa II	3.1.0	45	15	-	60
	Optativa III	3.1.0	45	15	-	60
	Seminário Integrador VII	0.0.1	-	-	15	15
Total		12.7.19	180	105	135	420

8º. Semestre – Bloco VIII

Código	Nome das Disciplinas	Créditos	CH Semestral			
			Teórico	Prático	Teórico-Prático	Total
	Memória, Discurso e Sociedade	2.1.0	30	15	-	45
	Trabalho de Conclusão de Curso II	1.3.0	15	45	-	60
	Estágio Curricular Supervisionado IV	0.0.8	-	-	120	120
	Optativa IV	3.1.0	45	15	-	60
	Seminário Integrador VIII	0.0.1	-	-	15	15
Total		6.5.9	90	75	135	300

OPTATIVAS

Código	Nome das Disciplinas	Créditos	CH Semestral			
			Teórico	Prático	Teórico-prático	Total
	Organização Espacial do Brasil II	3.1.0	45	15	-	60
	Geografia Agrária II	3.1.0	45	15	-	60
	Gestão e Organização do Trabalho	3.1.0	45	15	-	60

	Escolar					
	Educação do Campo e Movimentos Sociais	3.1.0	45	15	-	60
	Aspectos Teórico-metodológicos da Educação de Jovens e Adultos	3.1.0	45	15	-	60
	Tecnologias aplicadas ao Ensino	3.1.0	45	15	-	60
	Fundamentos da Educação Inclusiva	3.1.0	45	15	-	60
	Teorias da Aprendizagem	3.1.0	45	15	-	60
	Educação à Distância	3.1.0	45	15	-	60
	Temas e Práticas Transversais	3.1.0	45	15	-	60

Ressalte-se que permeando todo o curso, cujo objeto é a Educação do Campo, há o componente curricular que favorece, além da formação geral, o desenvolvimento da autonomia do aluno - as atividades Acadêmico-Científico-Culturais, ou seja, as Atividades Complementares, que somam 200 horas.

ATIVIDADES COMPLEMENTARES		
Código	Nome da Disciplina	Carga Horária
	Atividades Acadêmico-Científico-Culturais	200h

10.3. Fluxograma do Curso

BLOCO I	BLOCO II	BLOCO III	BLOCO IV	BLOCO V	BLOCO VI	BLOCO VII	BLOCO VIII
Seminário de Introdução ao Curso 1.0.0/ 15h							
Metodologia Científica 3.1.0/ 60h	Sociologia da Educação 3.1.0/ 60h	Ética na Educação 3.1.0/ 60h	Didática 3.1.0/ 60h	Avaliação da Aprendizagem 3.1.0/ 60h	Relações Étnico-Raciais, Gênero e Diversidade 3.1.0/ 60h	Prática de Pesquisa e Extensão em Movimentos Sociais 3.1.0/ 60h	Memória, Discurso e Sociedade 2.1.0/ 45h
História da Educação 3.1.0/ 60h	Filosofia da Educação 3.1.0/ 60h	Legislação e Organização da Educação Básica e do Campo 3.1.0/ 60h	Psicologia da Educação 3.1.0/ 60h	Metodologia de Ensino de Ciências Humanas e Sociais 2.2.0/ 60h	Libras 3.1.0/ 60h	Agroecologia e Desenvolvimento Rural 2.1.0/45h	
Introdução aos Estudos Históricos 3.1.0/ 60h	Iniciação à Antropologia 3.1.0/ 60h	Sociologia Brasileira 3.1.0/ 60h	Sociologia Rural e Ambiental 3.1.0/ 60h	Meio Ambiente e Relações Sociais 2.1.0/ 45h	Prática de Pesquisa e Extensão em Escolas do Campo 2.2.0/ 60h		
Introdução aos Estudos Geográficos 3.1.0/ 60h	Iniciação à Política 3.1.0/ 60h	História, Identidade e Memória dos povos do Campo 3.1.0/ 60h	Estado, Cidadania e Democracia 2.1.0/ 45h	Filosofia e Linguagem 2.1.0/ 45h	Organização e Gestão da Produção do Campo 2.1.0/ 45h		
Introdução à Sociologia 3.1.0/ 60h	Formação Econômica do Brasil 3.1.0/ 60h	História Agrária 3.1.0/ 60h	Organização do Espacial do Nordeste 3.1.0/ 60h	Pensamento Social e Político no Brasil 3.1.0/ 45h			
Introdução à Filosofia 3.1.0/ 60h	Organização Espacial do Brasil I 3.1.0/ 60h	Geografia Agrária 3.1.0/ 60h	História e Movimentos Sociais 3.1.0/ 60h	Desenvolvimento Sustentável no Campo 2.1.0/45h			
						TCC I 1.3.0/ 60h	TCC II 1.3.0/ 60h
					Optativa I 3.1.0/ 60h	Optativa II 3.1.0/ 60h	Optativa IV 3.1.0/ 60h
						Optativa III 3.1.0/ 60h	
Sem. Int. I 0.0.1/ 15h	Sem. Int. II 0.0.1/15h	Sem. Int. III 0.0.1/15h	Sem. Int. IV 0.0.1/15h	Sem. Int. V 0.0.1/15h	Sem. Int. VI 0.0.1/15h	Sem. Int. VII 0.0.1/15h	Sem. Int. VIII 0.0.1/15h
				Estágio I 0.0.5/ 75h	Estágio II 0.0.6/ 90h	Estágio III 0.0.8/ 120h	Estágio IV 0.0.8/ 120h

10.4. Quadro de Disciplinas e seus Pré-requisitos

Número da Disciplina	Nome da Disciplina	Pré-requisito
<i>Obrigatórias</i>		
1.	Seminário de Introdução ao Curso	-
2.	Metodologia Científica	-
3.	História da Educação	-
4.	Introdução aos Estudos Históricos	-
5.	Introdução aos Estudos Geográficos	-
6.	Introdução à Sociologia	-
7.	Introdução à Filosofia	-
8.	Seminário Integrador I	-
9.	Sociologia da Educação	História da Educação
10.	Filosofia da Educação	História da Educação
11.	Iniciação à Antropologia	-
12.	Iniciação à Política	-
13.	Formação Econômica do Brasil	Introdução aos Estudos Históricos
14.	Organização Espacial do Brasil I	Introdução aos Estudos Geográficos
15.	Seminário Integrador II	Seminário Integrador I
16.	Ética na Educação	-
17.	Legislação e Organização da Educação Básica e do Campo	História da Educação
18.	Sociologia Brasileira	Introdução à Sociologia
19.	História, Identidade e Memória dos povos do Campo	-
20.	História Agrária	Introdução aos Estudos Históricos
21.	Geografia Agrária I	Introdução aos Estudos Geográficos
22.	Seminário Integrador III	Seminário Integrador II
23.	Didática	-
24.	Psicologia da Educação	Sociologia da Educação
25.	Sociologia Rural e Ambiental	Introdução à Sociologia
26.	Estado, Cidadania e Democracia	-
27.	Organização Espacial do Nordeste	Formação Econômica do Brasil
28.	História e Movimentos Sociais	Introdução aos Estudos Históricos
29.	Seminário Integrador IV	Seminário

		Integrador III
30.	Avaliação da Aprendizagem	Psicologia da Educação
31.	Metodologia de Ensino de Ciências Humanas e Sociais	Didática
32.	Meio Ambiente e Relações Sociais	-
33.	Filosofia e Linguagem	Introdução à Filosofia
34.	Pensamento Social e Político no Brasil	Iniciação à Política
35.	Desenvolvimento Sustentável no Campo	-
36.	Seminário Integrador V	Seminário Integrador IV
37.	Estágio Supervisionado I	Metodologia de Ensino de Ciências Humanas e Sociais
38.	Relações Étnico-Raciais, Gênero e Diversidade	-
39.	Libras	-
40.	Prática de Pesquisa e Extensão em Escolas do Campo	-
41.	Organização e Gestão da Produção do Campo	-
42.	Seminário Integrador VI	Seminário Integrador V
43.	Estágio Supervisionado II	Estágio Supervisionado I
44.	Prática de Pesquisa e Extensão em Movimentos Sociais	Prática de Pesquisa e Extensão em Escolas do Campo
45.	Agroecologia e Desenvolvimento Rural	-
46.	Seminário Integrador VII	Seminário Integrador VI
47.	Estágio Supervisionado III	Estágio Supervisionado II
48.	Trabalho de Conclusão de Curso I	Estágio Supervisionado II
49.	Memória, Discurso e Sociedade	Filosofia e Linguagem
50.	Seminário Integrador VIII	Seminário Integrador VII
51.	Estágio Supervisionado IV	Estágio Supervisionado III
52.	Trabalho de Conclusão de Curso II	Trabalho de Conclusão de Curso I

Optativas		
53.	Organização Espacial do Brasil II	Formação Econômica do Brasil
54.	Geografia Agrária II	Geografia Agrária I
55.	Educação do Campo e Movimentos Sociais	-

56.	Educação e Cultura Popular	-
57.	Aspectos Teórico-metodológicos da Educação de Jovens e Adultos	-
58.	Tecnologias aplicadas ao Ensino	-
59.	Fundamentos da Educação Inclusiva	Legislação e Organização da Educação Básica e do Campo
60.	Teorias da Aprendizagem	-
61.	Educação à Distância	-
62.	Temas e Práticas Transversais	-

Quadro sinótico da Distribuição das Atividades do Curso e Respectivas Cargas Horárias

Síntese	
Total de Disciplinas	2595 h
Atividades complementares	200h
Estágio Obrigatório	405h
TOTAL GERAL	3200h

10.5 Ementas e Bibliografias Básica e Complementar das Disciplinas

1º Semestre

DISCIPLINA: Seminário de Introdução ao Curso
EMENTA: Abordagem do Currículo do Curso de Licenciatura em Educação do Campo/Ciências Humanas e Sociais. Apresentação das instâncias da unidade gestora, da UFPI e de suas competências.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA 1. UFPI. Projeto Político-Pedagógico do Curso de Licenciatura em Educação do Campo/ Ciências Humanas e Sociais. 2. UFPI. Resolução CONSUN/UFPI nº21/00. Regimento Interno da UFPI, 2000. 3. UFPI. Resolução CEPEX nº177/12. Normas de funcionamento dos cursos de graduação da Universidade Federal do Piauí, de 05 de novembro de 2012.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR 1. UFPI. CEPEX. Resolução nº017/2011. Guia acadêmico do Aluno 2011. UFPI. Resolução CONSUN/UFPI nº032/05. Estatuto da Universidade Federal do Piauí , de 10/10/2005. 2. UFPI. Relatório de Autoavaliação da UFPI, 2012. 3. UFPI. Resolução Conjunta nº002/2010 – Conselho Diretor/ Conselho Universitário , de 26 de maio de 2010. Projeto de Desenvolvimento Institucional 2010/2014. 4. UFPI. Resolução conjunta nº 002\2010 – Conselho Diretor\Conselho Universitário , 26 de maio de 2010. Projeto de Desenvolvimento Institucional 2010\2014. Disponível http://www.ufpi.br/arquivos\PDI 5. BRASIL. Senado Federal. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional : nº 9394/96. Brasília: 1996.

DISCIPLINA: Metodologia Científica**EMENTA:**

Metodologia de estudo e do trabalho acadêmico. Elaboração de projeto e trabalho científico. Problemas e formas de conhecimento. Origem e evolução da ciência e do método científico. Tipos de pesquisa.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2006.
2. MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2008.
3. SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo : Cortez, 2002.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. São Paulo: Cortez. 2006.
2. MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2007.
3. MATTAR NETO, J. A. **Metodologia Científica na Era da Informática**. 3.ed. São Paulo:Saraiva, 2013.
4. BERVIAN, P. A.; CERVO, A. L.; SILVA, R. da. **Metodologia Científica**. 6.ed. São Paulo. Prentice Hall Brasil, 2006.
5. FERNANDES, Bernardo Mançano. Os campos da pesquisa em educação no campo: espaço e território como categorias essenciais. In: MOLINA, Mônica Castagna (Org.). **Educação no campo e pesquisa. Questões para reflexão**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006.

DISCIPLINA: História da Educação**EMENTA:**

Compreensão da história da educação, seus fundamentos teórico-metodológicos e sua importância para a formação do educador. Estudo das principais teorias práticas educacionais desenvolvidas ao longo da história da humanidade, além de uma visão histórica dos elementos mais significativos da educação brasileira e piauiense, considerando o contexto social, político, econômico e cultural de cada período.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. ARANHA, M.L.A. **História da educação**. 3.ed.São Paulo: Moderna, 2006.
2. BRITO, I.S. **História da educação no Piauí**. Teresina: EDUFPI, 1996.
3. RIBEIRO, M. L. S. **História da educação brasileira: a organização escolar**. 17. ed. São Paulo: Cortez Editora/ Autores Associados, 2001.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. ROMANELLI, O. de O. **História da Educação no Brasil**. 25.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.
2. LOPES, E. M. T.; FARIAS FILHO, L. M. & VEIGA, C. G. **500 Anos de Educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.
3. HILSDORF, M. L. S. **História da Educação Brasileira: Leituras**. São Paulo: Thomson Pioneira, 2002.
4. SOUZA, N. M. M. de. **História da Educação**. Campinas: AVERCAMP, 2006.
5. GUEDES, E. M. **Curso de Metodologia Científica**. Curitiba: HD Livros, 2000.

DISCIPLINA: Introdução aos Estudos Históricos**EMENTA:**

Conhecimento científico e prática historiográfica. A História como ciência. Principais correntes historiográficas contemporâneas. Principais correntes historiográficas brasileiras.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. JOLY, F. D. **História e retórica**. Ensaio sobre historiografia antiga. São Paulo: Alameda, 2007.
2. MOMIGLIANO, A. **As origens clássicas da historiografia moderna**. Bauru: EDUSC, 2004.
3. REIS, J. C. **As identidades do Brasil I**. São Paulo, Rio de Janeiro, FGV, 2007.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. CARR, E. **Que é história?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.
2. DOSSE, F. **A história**. Bauru: EDUSC, 2003.
3. ARENDT, H. **Entre o Passado e Futuro**. São Paulo: Ed Perspectiva, 1992.
4. BLOCH, M. **O Ofício de Historiador**. Rio de Janeiro, Editor. Jorge ZAHAR, 2001.
5. HOBBSAWM, E. **Sobre História**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

DISCIPLINA: Introdução aos Estudos Geográficos**EMENTA:**

Análise do desenvolvimento do pensamento geográfico, inclusive no Brasil. Discussão das perspectivas atuais da Geografia.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. MAGNOLI, D. **Projeto de Ensino de Geografia - Naturezas, Tecnologias, Sociedades - Geografia Geral**. 2.ed. São Paulo: Moderna, 2004.
2. SANTOS, M. **Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica**. 6.ed. São Paulo: EDUSP, 2008.
3. TEIXEIRA, TOLEDO, FAIRCHILD e TAIOLI. **Decifrando a Terra** - São Paulo: Oficina de Textos, 2000.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. MOREIRA, R. **O círculo e a espiral: para a crítica da Geografia que se ensina**. 2.ed. Niterói: AGB-Niterói, 2004.
2. ROSS, J. **Geografia do Brasil**. 4.ed. São Paulo: EDUSP, 2001.
3. ANDRADE, M. C. de. **Uma Geografia para o século XXI**. Recife: CEPE, 1993.
4. ANDRADE, M. C. de. **A Geografia e a questão social**. Maceió: Edufal/UFPE, 1997.
5. SANTOS, M. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

DISCIPLINA: Introdução à Sociologia**EMENTA:**

Sociologia e Ciência. Análise científica da realidade social. A Sociedade de classes: estrutura, reprodução e transformações. Sociologia e História. Sociologia e sociedade brasileira.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. MARTINS, C. B. **O que é sociologia**. Rio de Janeiro Brasiliense, 2001.
2. OLIVEIRA, P. S. de. **Introdução à sociologia**. São Paulo: Ática, 2004.
3. VIANA, N. **Introdução à sociologia**. São Paulo: Autêntica, 2006.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. VILA NOVA, S. **Introdução à sociologia**. Rio de Janeiro: Atlas, 2004.
2. BAUMMAN, Z.; MAY, T. **Aprendendo a Pensar com a Sociologia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.
3. COULSON, M. A.; RIDDEL, D. S. A. **Introdução crítica à sociologia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.
4. DEMO, P. **Introdução à sociologia: complexidade, interdisciplinaridade e desigualdade social**. São Paulo: Atlas, 2002.
5. ELIAS, N. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

DISCIPLINA: Introdução à Filosofia**EMENTA:**

Origens do pensamento filosófico: do mito à razão. As relações homem–mundo como tema fundamental do conhecimento. O senso comum, a ciência e a Filosofia como saber reflexivo e crítico.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. LUCKESI, C.; PASSOS, E. S. **Introdução à Filosofia: aprendendo a pensar**. São Paulo: Cortez, 2002.
2. MARITAIN, J. **Elementos de Filosofia I: introdução geral à filosofia**. 18. ed. São Paulo: Agir, 2001.
3. MORRA, G. **Filosofia para todos**. São Paulo: Paulus, 2001.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. CHAUI, M. **Introdução à história da filosofia: dos pré-socráticos a Aristóteles**, vol. 1. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
2. ARANHA, M. L. de A.; MARTINS, M. H. P. **Filosofando: introdução à filosofia**. São Paulo: Moderna, 2003.
3. ABRANTES, P. **Imagens da natureza, imagens de ciência**. São Paulo: Papyrus, 1998.
4. CHAUI, M. **Convite à filosofia**. 3.ed. São Paulo: Ática, 1995.
5. CHAUI, M. et. al. **Primeira filosofia**. 6.ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.

DISCIPLINA: Seminário Integrador I**EMENTA:**

Socialização dos estudos individuais a partir de questões delineadas pelos professores, bem como a socialização da produção realizada no tempo-comunidade. Apresentação dos resultados das práticas de pesquisa e extensão desenvolvidas na comunidade. Fechamento das questões teórico-práticas discutidas durante o semestre.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2006.
2. MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2008.
3. SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo : Cortez, 2002.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. São Paulo: Cortez. 2006.
2. MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas,

<p>2007.</p> <p>3. HAGUETTE, T. M. F. Metodologias qualitativas na sociologia. Petrópolis: Vozes, 1990.</p> <p>4. MILL, J.S. A lógica das ciências sociais. São Paulo: Iluminuras, 2001.</p> <p>5. SANTOS, M. Pensando o espaço do homem. 5.ed. São Paulo, 2004.</p>

2º Semestre

<p>DISCIPLINA: Sociologia da Educação</p>
<p>EMENTA:</p> <p>Estudo do surgimento e das correntes teóricas da sociologia da educação, assim como da função da escola e dos sistemas de ensino na sociedade contemporânea, analisando sujeitos, currículos, representações sociais e espaços educativos.</p>
<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</p> <p>1. RODRIGUES, A. T. Sociologia da Educação. Rio de Janeiro: Editora Lamparina, 2007.</p> <p>2. PILETTI, N.; PRAXEDES, W. Sociologia da Educação. São Paulo: Ática, 2010.</p> <p>3. HAECHELT, A. V. Sociologia da Educação. 3.ed. Porto Alegre: Artmed Editora, 2008.</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</p> <p>1. BARRERE, A. ; SEMBEL, N. Sociologia da Escola. São Paulo: Editora Loyola, 2006.</p> <p>2. KRUPPA, S. M. P. Sociologia da Educação. São Paulo: Cortez, 1994.</p> <p>3. SAVIANI, D. Escola e democracia. São Paulo, Cortez, 1992.</p> <p>4. PINSKY, J. Cidadania e educação. São Paulo: Contexto, 1999.</p> <p>5. BERGER, P.; LUCKMAN, T. A construção social da realidade. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.</p>

<p>DISCIPLINA: Filosofia da Educação</p>
<p>EMENTA:</p> <p>Estudo da Filosofia e Filosofia da Educação, suas concepções e especificidades. Abordagem das concepções específicas ao âmbito educacional, bem como da compreensão do papel da educação e de sua relação entre pedagogia e ensino. Teorias e práticas educacionais, dimensões ético-políticas e estéticas, além da abordagem argumentativa da práxis educativa e da formação do professor.</p>
<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</p> <p>1. ARANHA, M. L. de A. ; MARTINS, M. H. P. Filosofando: introdução à filosofia. 3. ed. rev. São Paulo: Moderna, 2003.</p> <p>2. ARANHA, M. L. de A. Filosofia da Educação. 3. ed. rev. e ampl. São Paulo: Moderna, 2006.</p> <p>3. GHIRALDELLI JR, P. Filosofia da Educação. São Paulo: Editora Ática, 2007.</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</p> <p>1. CHAUI, M. Convite à Filosofia. São Paulo: Ática, 2006.</p> <p>2. LUCKESI, C.C. Filosofia da Educação. São Paulo: Cortez, 2011.</p> <p>3. ARANTES, P. et al. A Filosofia e seu ensino. São Paulo: Educ, 1996.</p> <p>4. CHAUI, M. de S. Ideologia e educação. Educação e sociologia. São Paulo: Cortez, 1980.</p> <p>5. SAVIANI, D. Educação: do senso comum à consciência filosófica. São Paulo: Cortez, 1987.</p>

DISCIPLINA: Iniciação à Antropologia**EMENTA:**

Antecedentes da Antropologia. O objeto da Antropologia como ciência. A identidade da ciência antropológica através de conceitos como cultura, raça, alteridade, diferença, desigualdade, etnocentrismo, relativismo cultural etc. Campos e divisões acadêmicas da antropologia: antropologia social, cultural, física, etnografia, etnologia, arqueologia etc. Introdução às teorias da cultura. Métodos e técnicas. Principais temáticas (parentesco, mito, religião, arte, economia, política, organização social, representações coletivas, gênero, saúde).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. BOAS, Franz. **Antropologia cultural**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
2. MARCONI, M. de A., PRESOTTO, Z. M. N. **Antropologia: uma introdução**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2005.
3. PINTO, V. N. **Comunicação e cultura brasileira**. São Paulo: Ática, 2000.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. GEERTZ, C. **Nova luz sobre a antropologia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
2. MAUSS, M. **Sociologia e antropologia**. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.
3. CANEVACCI, M. **A cidade polifônica: ensaios sobre antropologia e comunidade urbana**. São Paulo: Studio Nobel, 1997.
4. GEERTZ, C. **Saber local: novos ensaios em Antropologia Interpretativa**. Petrópolis/RJ: Vozes, 7.ed., 2004.
5. GELLNER, E. **Antropologia e política: revoluções**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

DISCIPLINA: Introdução à Política**EMENTA:**

A interpretação dos fenômenos políticos. Teorias políticas. A emergência da forma de estado e suas variações. As motivações políticas e a estrutura econômica e social em transformação.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. COUTINHO, C. N. **De Rousseau a Gramsci: ensaios de teoria política**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.
2. BOBBIO, N. **Teoria Geral da Política**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2000.
3. CARNOY, M. **Estado e Teoria Política**. 16.ed. Campinas: Editora Papyrus, 2011.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. FERES JUNIOR, J.; POGREBINSCHI, T. **Teoria Política Contemporânea**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2010.
2. MARX, Karl. ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. Porto Alegre: L&PM, 2002.
3. MASCARO, A. L. **Estado e Forma Política**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.
4. PRADO JUNIOR, C. **Evolução Política do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
5. REMOND, R. **Por uma História Política**. São Paulo: Editora FGV, 2003.

DISCIPLINA: Formação Econômica do Brasil**EMENTA:**

O período colonial. Expansão cafeeira capitalista e a transição para o trabalho assalariado. Industrialização via substituição de importações (1929-1955). Novo padrão de acumulação e a questão da dependência: crises e reajustes.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. BRUM, A. J. **O desenvolvimento econômico brasileiro**. Petrópolis: Vozes, 1991.
2. JAMESON, F. **Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio**. SP: Ática, 2006.
3. PRADO Jr, Caio. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. IAMAMOTO, M. V.. A questão social no capitalismo. *In: Revista Temporalis*. Associação Brasileira de Ensino e pesquisa em Serviço Social, Ano 2, n 03, Brasília: ABEPSS, 2001.
2. DOWBOR, L. **A Formação do Capitalismo no Brasil**. 2.ed.São Paulo: Brasiliense, 2009.
3. BENKO, G. **Economia, espaço e globalização: na aurora do século XXI**. 2.ed. São Paulo, Hucitec, 1999.
4. COUTO, J. A **Construção do Brasil**. Portugal: Cosmos, 1997.
5. FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Nacional, 1968.

DISCIPLINA: Organização Espacial do Brasil I**EMENTA:**

O espaço brasileiro. Bases lito-estruturais. Gênese e evolução das formas de relevo brasileiro. Quadro climático, vegetacional e hidrográfico. Relação clima x solo x vegetação: os grandes domínios morfoclimáticos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. AB'SABER, A. N. **Os domínios de natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas**. São Paulo: Ateliê, 2003.
2. BECKER, B. R. (Org.) **Geografia e Meio Ambiente no Brasil**. SP: Hucitec, 1995.
3. ROSS, J. L. S. **Geografia do Brasil**. São Paulo, Editora Edusp, 1995.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. VESENTINI, J. W. **Sociedade e Espaço: Geografia Geral e do Brasil**. 41.ed. SP: Ed. Ática, 1999.
2. VESENTINI, J. W. **Novas geopolíticas: as representações do Século XXI**. SP: Ed. Contexto, 2000.
3. BEZERRA, M. do C.de L.(org). **Agenda 21 Brasileira - Resultados da Consulta Nacional**. Brasília: MMA/PNUD, 2002.
4. FURTADO, Celso. **O Longo Amanhecer: reflexões sobre a formação do Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.
5. ANDRADE, M. C. de A. **Globalização e Geografia**. Recife: Ed. UFPE, 1996.

DISCIPLINA: Seminário Integrador II**EMENTA:**

Socialização dos estudos individuais a partir de questões delineadas pelos professores, bem como a socialização da produção realizada no tempo-comunidade. Apresentação dos resultados das práticas de pesquisa e extensão desenvolvidas na comunidade. Fechamento das questões teórico-práticas discutidas durante o semestre.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2006.
2. MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2008.
3. SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo : Cortez, 2002.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. São Paulo: Cortez. 2006.

2. MARCONI, M.de A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2007.
3. HAGUETTE, T. M. F. **Metodologias qualitativas na sociologia**. Petrópolis: Vozes, 1990.
4. MILL, J.S. **A lógica das ciências sociais**. São Paulo: Iluminuras, 2001.
5. SANTOS, M. **Pensando o espaço do homem**. 5.ed. São Paulo, 2004.

3º Semestre

DISCIPLINA: **Ética na Educação**

EMENTA:

Concepções de Ética. Ética moral e direito. Ética e cidadania. Ética e Relações Étnico-Raciais. Ética ambiental. Ética profissional. A ética na formação do professor. Reflexões sobre a ética na prática pedagógica.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. BEHRENS, M. A.B. **O paradigma emergente e a prática pedagógica**. Petrópolis: Vozes, 2005.
2. MAZZOTTI, T. B.; OLIVEIRA, R. J. de. **Ciência(s) da educação**. Rio de Janeiro: DPA, 2000.
3. PEGORARO, O. **Ética através dos maiores mestres da história**. Petrópolis: Vozes, 2006.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. BARBOSA, R. L. L. B. (org.). **Trajetória e perspectivas da formação de educadores**. São Paulo: UNESP, 2004.
2. HERMANN, N. **Pluralidade e ética em educação**. Rio de Janeiro: DPA, 2001.
3. CRIPA, Marcos. **Entrevista e Ética**. São Paulo: Educ, 1998.
4. LOPARIC, Z. **Ética e finitude**. São Paulo: Educ, 1995.
5. WEBER, M. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo, Pioneira, 1998.

DISCIPLINA: **Legislação e Organização da Educação Básica e do Campo**

EMENTA:

Legislação da Educação Básica e do Campo e política de formação de professores para o campo (suas especificidades). O histórico da educação do campo no Brasil. Educação do campo e as propostas dos movimentos sociais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. BRASIL. **Diretrizes Operacionais para Educação Básica nas escolas do campo**. Resolução Conselho Nacional de Educação/ Câmara de Educação Básica no. 1/ 2002.
2. BRASIL. **Diretrizes Complementares da Educação Básica do campo**. Resolução Conselho Nacional de Educação/ Câmara de Educação Básica no. 2/ 2008.
3. MACHADO, L. Diferenciais inovadores na Formação de Professores para a Educação Profissional. *In: Portal do MEC/Educação profissional e tecnológica*. Outubro de 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. ANTUNES-ROCHA, M.; MARTINS, A. A. (orgs). **Educação do Campo: desafios para a formação de professores**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.
2. AUED, B.; VENDRAMINI, Célia Regina (orgs). **Educação do Campo: desafios teóricos e práticos**. Florianópolis: Ed. Insular, 2009.
3. ABREU, M. **Organização da Educação Nacional na Constituição e a LDB**. Ijuí-SC:UNIJUI. 1999.
4. CASTRO, M. H. G. de. **As Desigualdades Regionais no Sistema Educacional Brasileiro**. Brasília, INEP/ MEC, 1999.

5. CUNHA, L. A. **Educação, Estado e Democracia no Brasil**. São Paulo: Cortez, EDUFF/ FLASCO, 2000.

DISCIPLINA: Sociologia Brasileira

EMENTA:

Fundamentos das Ciências Sociais. Análise da sociedade. Grupos sociais. Estrutura de classes e processos de mudanças. Cultura. Ideologia. Participação e poder nas organizações. Organização e relação interativa com o meio ambiente. Formação do pensamento social no Brasil. Relação entre o Estado e a sociedade no Brasil. Tendências atuais da sociologia Brasileira.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. ANDERSON, P. **As origens da pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.
2. BAUMAN, Z. **Globalização: as consequências humanas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.
3. FREITAS, L. C. de. **Uma pós-modernidade de libertação**. Campinas: Autores Associados, 2005.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. CARDOSO, F. H. **O modelo político brasileiro: contos ensaios**. 5ed. RJ: Bertrond Brasil, 1993.
2. IANNI, O. **A ideia de Brasil moderno**. 2.ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.
3. BERGER, P. e LUCKMAN, T. **A construção social da realidade**. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.
4. BÓGUS, L. et alii. **Desigualdade e a questão social**. São Paulo: Educ, 1997.
5. BOUDON, R. ; BOURRICAUD, F. **Dicionário crítico de sociologia**. São Paulo: Ática, 1993.

DISCIPLINA: História, Identidade e Memória dos povos do Campo

EMENTA:

O Brasil Campesino: a multiplicidade dos sujeitos e da cultura (produção, modus vivendi) do Campo. O desenvolvimento do campo: colônia, império, república. Reforma agrária. Resistência no campo: as Ligas Camponesas, as Organizações sociais de Trabalhadores Rurais. O papel dos movimentos sociais rurais e urbanos no processo de democratização do Brasil. A importância histórica dos movimentos sociais na luta pelos direitos sociais: o caráter histórico desses movimentos no século XXI. Histórico das políticas educacionais para o Campo. Cultura e memória; construções imaginárias e identidades. Memória, identidade e história de vida.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. CASTELLS, M. **Sociedade em Rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
2. ALVES, G. L.(org). **Educação no Campo: recorte no tempo e no espaço**. Campinas: Autores Associados, 2009.
3. PALADIM JUNIOR, H. A. **Educação do Campo: a territorialização e espacialização do MST**. São Paulo: Annablume Editora, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. ANTUNES, M. I.; MARTINS, A. A. **Educação do Campo: desafios para a formação de professores**. São Paulo: Autentica ebook, 2009.
2. CAMPANHOLA, C.; GRAZIANO DA SILVA, J. (Editores) **O novo rural brasileiro: Políticas Públicas**. Editora Hortograf; 2000 - Volume 4.
3. BEZERRA NETO, Luiz. **Sem Terra aprende e ensina: Um estudo sobre as práticas educativas e formativas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST – 1979-1998**. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Campinas, 1998.
4. ARROYO, Miguel Gonzalez; CALDART, Roseli Salete e MOLINA, Mônica Castagna. (Orgs). **Por**

uma Educação do Campo. 4 ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

5. FERNANDES, Bernardo Mançano. Prólogo. *In*: SOUZA, Maria Antônia de. Educação do Campo: Propostas e Práticas Pedagógicas do MST. Petrópolis: Vozes, 2006.

DISCIPLINA: História Agrária

EMENTA:

Evolução da política agrária e agrícola do Brasil. As políticas do MAPA e MDA. A industrialização e a “urbanização” da agricultura brasileira. Agricultura familiar. A pluriatividade da agricultura. Distribuição de renda e preço dos alimentos. O debate agrário no Brasil. Extensão rural e o seu papel no desenvolvimento sociopolítico, cultural e econômico.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. BLOCH, M. XVII e XVIII. **A terra e seus homens: agricultura e vida rural nos séculos** Bauru: EDUSC, 2001.
2. LOURENÇO, F. A. **Agricultura ilustrada: liberalismo e escravismo nas origens da questão agrária brasileira.** Campinas: Editora da UNICAMP, 2001.
3. OLINTO, B. A.; MOTA, M. M.; OLIVEIRA, O. (org.). **História Agrária: propriedade e conflito. Paraná:** UNICENTRO, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. MAESTRI, M.; AMARO, L. C. **Afro-brasileiros: história e realidade.** Porto Alegre: EST, 2005.
2. SILVA, L. O. **Terras devolutas e latifúndio: efeitos da lei de 1850.** Campinas-SP: Editora da UNICAMP, 2008.
3. ANDRADE, M. C. **A questão do território no Brasil.** São Paulo-Recife: Hucitec/Ipespe, 1995.
4. ANDRADE, M. C. **A terra e o homem no nordeste.** 5.ed., São Paulo:Atlas, 1995.
5. GRAZIANO DA SILVA, J. **Estrutura agrária e produção de subsistência na agricultura brasileira.** São Paulo: Hucitec, 1980.

DISCIPLINA: Geografia Agrária I

EMENTA:

Relações entre espaço natural e atividades agrícolas. Relações entre fato agrícola e características socioeconômicas. Padrões de ocupação do solo como um reflexo das interações meio natural e ações dos grupos humanos/fatores econômicos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. BERGAMASCO, S. M.; NORDOR, L. C. **O que são Assentamentos rurais.** São Paulo: Brasiliense, 1996.
2. BORGES, M. S. L. **Terra – Ponto de Partida, Ponto de chegada.** São Paulo: Anita LTDA., 1997.
3. FERREIRA, Darlene A. de **O. Mundo Rural e Geografia: Geografia Agrária no Brasil – 1930-1960 .** São Paulo: EUNESP, 2002.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. FERNANDES, B. M. **MST: Formação e territorialização.** São Paulo: Hucitec, 1996.
2. FERNANDES, O. **Questão Agrária no Brasil. SINPRO – MG,** 1997.
3. ANDRADE, M. C. **A questão do território no Brasil.** São Paulo-Recife: Hucitec/Ipespe, 1995.
4. ANDRADE, M. C. **A terra e o homem no nordeste.** 5.ed., São Paulo:Atlas, 1995.
5. GRAZIANO DA SILVA, J. **Estrutura agrária e produção de subsistência na agricultura brasileira.**

São Paulo: Hucitec, 1980.

DISCIPLINA: Seminário Integrador III

EMENTA:

Socialização dos estudos individuais a partir de questões delineadas pelos professores, bem como a socialização da produção realizada no tempo-comunidade. Apresentação dos resultados das práticas de pesquisa e extensão desenvolvidas na comunidade. Fechamento das questões teórico-práticas discutidas durante o semestre.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2006.
2. MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2008.
3. SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo : Cortez, 2002.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. São Paulo: Cortez. 2006.
2. MARCONI, M.de A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2007.
3. HAGUETTE, T. M. F. **Metodologias qualitativas na sociologia**. Petrópolis: Vozes, 1990.
4. MILL, J.S. **A lógica das ciências sociais**. São Paulo: Iluminuras, 2001.
5. SANTOS, M. **Pensando o espaço do homem**. 5.ed. São Paulo, 2004.

4ºSemestre

DISCIPLINA: Didática

EMENTA:

Compreensão dos fundamentos epistemológicos da didática, de seu papel na formação do professor, da sua importância para o planejamento didático e a organização do trabalho docente.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. LIBANEO, J. C. **Didática**. São Paulo: Cortez, 2007.
2. GHIRALDELLI JR, P. **Didática e teorias educacionais**. Rio de Janeiro: DPA, 2002.
3. GHIRALDELLI JR, Paulo. **Que é pedagogia**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. FREITAS, L. C. **Crítica da organização do trabalho pedagógico e da Didática** . Campinas: Papyrus, 1995.
2. FREITAS, L. C (org.) **Avaliação: construindo o campo e a crítica**. Florianópolis: Insular, 2002.
3. ALVES, R. **Conversas com quem gosta de ensinar**. São Paulo: Cortez, 1991.
4. AQUINO, J. G. **A indisciplina na sala de aula**. São Paulo: Summus, 1996.
5. ARANHA, L. **Pedagogia histórico-crítica**. São Paulo: Educ, 1992.

DISCIPLINA: Psicologia da Educação

EMENTA:

Abordagem da ciência psicológica quanto à constituição da subjetividade, do desenvolvimento, da aprendizagem, da transformação e das dificuldades de aprendizagem.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. DAVIDOFF, L. L. **Introdução à Psicologia**. 3. ed. São Paulo: Makron Books, 2006.
2. TELES, M. L.S. **Que é psicologia**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

3. NYE, Robert D. **Três psicologias: ideias de Freud, Skinner e Rogers**. 6. ed. São Paulo: Thompson, 2005.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. ARÍES, P. **Psicologia Sócio Histórica**. São Paulo: Cortez, 2001.
2. MOLON, S. I. **Psicologia Social: Subjetividade e construção do sujeito em Vygotsky**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.
3. CARVAJAL, G. **Tornar-se Adolescente: A aventura de uma metamorfose. Uma Visão psicanalítica da adolescência**. São Paulo: Cortez, 1998.
4. FLAVELL, J. H. **A Psicologia do Desenvolvimento de Jean Piaget**. São Paulo: Pioneira, 1996.
5. MACEDO, L. de (Org). **Cinco estudos de educação moral**. São Paulo: Casa de Psicólogo, 1996.

DISCIPLINA: Sociologia Rural e Ambiental

EMENTA:

Questão agrária e agrícola na modernização brasileira: interpretações sociológicas e econômicas. Papel das políticas de Estado na estrutura e dinâmica do campo. Agroindústria, pequena produção e agricultura familiar. Movimentos Sociais, Reforma Agrária e Assentamentos. Diversificação socioeconômica, modernização do campo e seus efeitos socioambientais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. ABRAMOVAY, Ricardo. **O Futuro das Regiões Rurais**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2003.
2. LEFF, E. **Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**. Petrópolis: Vozes, 2001.
3. LEFF, E. **Epistemologia Ambiental**. São Paulo: Cortez, 2001.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. MARTINS, J.S (org.). **Introdução Crítica à Sociologia Rural**. São Paulo: Ed. Hucitec, 1986.
2. WANDERLEY, M. de N. B. **A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas: o “rural” como espaço singular e ator coletivo**. In: Estudos Sociedade e Agricultura, 15, outubro, pp. 87-145, 2000.
3. HANNIGAN, J.; BURNETT, A. **Sociologia Ambiental**. Petrópolis: Vozes, 2009.
4. LENZI, C. L. **Sociologia Ambiental. Risco e Sustentabilidade na Modernidade**. Florianópolis: EDUSC, 2006.
5. MELLO, R. F. L. de. **Sociologia Ambiental**. Rio de Janeiro: LTC, 2007.

DISCIPLINA: História e Movimentos Sociais

EMENTA:

Os movimentos sociais rurais e urbanos do Brasil vistos sob o ângulo da longa e da curta duração da história compreendendo desde os movimentos nativistas e as multidões do século XIX até os movimentos sociais fragmentados do século XX.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. ALVAREZ, S. E; DAGNINO, E.; ESCOBAR, A.(orgs.). **Cultura e Política nos Movimentos Sociais Latino-americanos**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2000.
2. GOHN, M. da G. (org.) **Movimentos sociais no início do século XXI: antigos e novos atores sociais**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2003.
3. GOHN, M. da G.. **História dos movimentos sociais e lutas sociais: a construção da cidadania**. 3.ed. São Paulo: Loyola, 2003.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. CAMPOS, A.; POCHMANN, M.; AMORIM, R.; SILVA, R. (orgs.). **Atlas da nova estratificação social no Brasil: dinâmica e manifestação territorial**. ,2 ed. vol 2. São Paulo: Cortez, 2004.
2. GUERRA, A.; POCHMANN, M.; AMORIM, R.; SILVA, R. (orgs.). **Atlas da nova estratificação social no Brasil. vol1**. São Paulo: Cortez, 2006.
3. BEZERRA NETO, Luiz. **Sem Terra aprende e ensina: Um estudo sobre as práticas educativas e formativas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST – 1979-1998**. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Campinas, 1998.
4. ARROYO, Miguel Gonzalez; CALDART, Roseli Salete e MOLINA, Mônica Castagna. (Orgs). **Por uma Educação do Campo**. 4 ed. Petrópolis: Vozes, 2009.
5. FERNANDES, Bernardo Mançano. Prefácio. *In*: SOUZA, Maria Antônia de. **Educação do Campo: Propostas e Práticas Pedagógicas do MST**. Petrópolis: Vozes, 2006.

DISCIPLINA: Organização Espacial do Nordeste

EMENTA:

Estrutura ambiental do Nordeste. Políticas de intervenção governamental no espaço nordestino. Organização do espaço nordestino ao longo de sua história.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. ALBUQUERQUE, Jr. D. M. de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. Recife: FJN. Ed. Massangana; São Paulo: Cortez, 1999.
2. ALBUQUERQUE, R. C. de. **Nordeste: sugestões para uma estratégia de desenvolvimento. Fortaleza:** Banco do Nordeste, 2002.
3. CORRÊA, R. L. (Org). **Brasil: questões atuais da organização do território**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. DOWBOR, L.; PORCHMAN, M. **Políticas para o desenvolvimento local**. São Paulo: Expressão popular, 2010.
2. SAQUET, M. A. **Geografia agrária, território e desenvolvimento**. São Paulo: Expressão popular, 2009.
3. ROSS, J. **Geografia do Brasil**. São Paulo: Edicon/Edusp, 2000.
4. FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Nacional, 1986.
5. IBGE. **Atlas do Brasil**. Rio de Janeiro, 2002.

DISCIPLINA: Estado, Cidadania e Democracia

EMENTA:

O Estado: elementos essenciais – soberania, território, povo. Formas do Estado: unitário e federativo. Governo: conceito. Formas e sistemas de governo. Democracia: formas e características. Representação política. Organizações políticas e sociais contemporâneas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. BENEVIDES, M. V. **Cidadania ativa: Referendo, Plebiscito e Iniciativa Popular**. São Paulo: Ed. Ática, 2003.
2. BOBBIO, N. **O futuro da democracia**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
3. CARVALHO, J. M. **História da Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 11.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. CARNOY, M. **Estado e Teoria política**. São Paulo: Papyrus, 2004.
2. PONT, R. **Democracia, participação, cidadania: uma visão de esquerda**. Porto alegre:

<p>Palmarinca, 2000.</p> <p>3. CHAUI, M. Cultura e Democracia. São Paulo: Cortez, 2011.</p> <p>4. KONDER, L. et al. História da Cidadania. São Paulo: Contexto, 2003.</p> <p>5. MORAES, A. de; KIM, R. P. Cidadania. São Paulo: Atlas, 2013.</p>

DISCIPLINA: Seminário Integrador IV
<p>EMENTA:</p> <p>Socialização dos estudos individuais a partir de questões delineadas pelos professores, bem como a socialização da produção realizada no tempo-comunidade. Apresentação dos resultados das práticas de pesquisa e extensão desenvolvidas na comunidade. Fechamento das questões teórico-práticas discutidas durante o semestre.</p>
<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</p> <ol style="list-style-type: none"> MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. Metodologia científica. São Paulo: Atlas, 2006. MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. Técnicas de pesquisa. São Paulo: Atlas, 2008. SEVERINO, A. J. Metodologia do trabalho científico. São Paulo : Cortez, 2002. <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</p> <ol style="list-style-type: none"> CHIZZOTTI, A. Pesquisa em ciências humanas e sociais. São Paulo: Cortez. 2006. MARCONI, M.de A.; LAKATOS, E. M. Fundamentos de metodologia científica. São Paulo: Atlas, 2007. HAGUETTE, T. M. F. Metodologias qualitativas na sociologia. Petrópolis: Vozes, 1990. MILL, J.S. A lógica das ciências sociais. São Paulo: Iluminuras, 2001. SANTOS, M. Pensando o espaço do homem. 5.ed. São Paulo, 2004.

5º Semestre

DISCIPLINA: Avaliação da Aprendizagem
<p>EMENTA:</p> <p>Abordagem do processo de Avaliação na Educação Básica, em nível teórico e prático, bem como da prática avaliativa e dos mecanismos de exclusão: reprovação, repetência e evasão.</p>
<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</p> <ol style="list-style-type: none"> HAIDT, R. C. C. Avaliação do processo ensino-aprendizagem. São Paulo: Editora Ática, 1994. HOFFMANN, J. Avaliar para promover: as setas do caminho. 2. ed. Porto Alegre: Mediação, 2001. HOFFMANN, J. Contos e contrapontos: do pensar ao agir em avaliação. Porto Alegre: Mediação, 1998. <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</p> <ol style="list-style-type: none"> ARELARO, L. R. G. ; KRUPPA, S. M. P. Educação de Jovens e adultos. In: OLIVEIRA, R. P. ; ADRIÃO, T. (orgs.). Organização do Ensino No Brasil: níveis e modalidades na Constituição Federal e na LDB. São Paulo: Xamã, 2002. BREZENZISKI, I. (org.). LDB Interpretada: diversos olhares se entrecruzam. São Paulo: Cortez, 1997. HOFFMAN, J. Avaliação Mito & Desafio – uma perspectiva construtivista. Porto Alegre: Educação e Realidade, 1991. SOUSA, C. P. de (org.). Avaliação do Rendimento Escolar. Campinas: Papirus, 1991. DEPRESTITERIS, L. O Desafio da Avaliação da Aprendizagem: Dos fundamentos a uma proposta inovadora. São Paulo: EPU, 1989.

DISCIPLINA: Metodologia do Ensino de Ciências Humanas e Sociais**EMENTA:**

Conhecimento e metodologia de ensino. O espaço escolar: conhecimento e socialização. Ensino e aprendizagem: continuidades e rupturas. Sociologia e Filosofia: institucionalização das disciplinas e propostas oficiais. Ciências Humanas: história, geografia e temas transversais no ensino fundamental e o campo de atuação do licenciado. Cultura e sociedade: as ciências sociais no ensino médio. Recursos didáticos: o uso da literatura e do cinema como recursos didáticos no ensino das Ciências Humanas. O uso do livro didático: limites e possibilidades.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. DEMO, P. **Pesquisa como princípio educativo**. São Paulo: Cortez, 2000.
2. RIOS, T. A. **Compreender e ensinar: por uma docência da melhor qualidade**. São Paulo: Cortez, 2003.
3. MEKSENAS, P. **Pesquisa social e ação pedagógica: conceitos, métodos e práticas**. São Paulo: Loyola, 2000.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. MICHEL, M. H. **Metodologia e pesquisa científica em ciências sociais**. São Paulo: Atlas, 2000.
2. CHIZZOTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 7.ed. São Paulo: Cortez, 2005.
3. SOUZA, T. N. de; SILVA, S. C.; BATISTA, E. L. **Desafios e Perspectivas das Ciências Humanas na Atuação e na Formação Docente**. São Paulo: Paco Editorial, 2013.
4. VEIGA, I. P. A. **Técnicas de Ensino: Para que são?** São Paulo: Ed. Papirus, 1997.
5. MALUF, S. D. (Org). **A Prática Pedagógica em Questão**. Maceió: Ed. Cantavento, 2000.

DISCIPLINA: Pensamento social e político no Brasil**EMENTA:**

História das Ciências Sociais no Brasil sob três aspectos: 1) o desenvolvimento institucional a partir da década de 30; 2) a produção do conhecimento científico sobre a realidade brasileira, com as contribuições relevantes que marcaram gerações; 3) o estudo de trabalhos que exemplificam a produção das gerações mais recentes. Pensamento político no Brasil. Utopias fundadoras das matrizes liberais, positivistas, marxistas, populistas e autoritárias. O debate político institucional ao longo da história brasileira. Visões da teoria política brasileira na atualidade: cientistas políticos e meio universitário e acadêmico.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. SOUZA, J. **A Modernização Seletiva: uma reinterpretação do dilema brasileiro**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000.
2. ORTIZ, R. **Cultura brasileira e identidade nacional**. São Paulo: Brasiliense, 2003.
3. WEFORT, F. **Formação do pensamento político brasileiro**. São Paulo: Editora Ática, 2006.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. SANTOS, W. G. **Décadas de Espanto e uma Apologia Democrática**. Rio de Janeiro: Ed. Rocco, 1998.
2. SOARES, G. A. D. **A Democracia Interrompida**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2001.
3. OUTHWAITE, W. **Dicionário do pensamento social do século XX**. Rio de Janeiro: Zahar, 1996.
4. PAIVA, V. P. **Pensamento Social Brasileiro**. São Paulo: Cortez, 2005.
5. SILVA, L. F. da. **Pensamento Social Brasileiro**. São Paulo: Sundermann, 2003.

DISCIPLINA: Desenvolvimento Sustentável no campo**EMENTA:**

Discussão das mudanças/transformações recentes do mundo rural, com ênfase na região nordeste, a partir dos seguintes tópicos: modernização conservadora na agricultura, complexo agroindustrial, o novo rural e a pluriatividade, agricultura familiar e agricultura patronal, organização de produtores, poder local e participação política.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. CAPORAL, Francisco Roberto. **Agroecologia: alguns conceitos e princípios**. Brasília: NDA/SAF,DATER- IICA, 2007.
2. CAPORAL, F.R.; COSTABEBER, J. A. **Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável: perspectivas para uma nova extensão rural**. Emater/RS, ASCAR, Porto Alegre, 2001
3. SOUZA, F.C.S. **Repensando a Agricultura: o enfoque da sustentabilidade como padrão alternativo à agricultura moderna**. Natal: HOLOS UFRRJ, ano 20, out. 2004.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. CARON, P & SABOURIN, E (eds), **Camponeses do Sertão. As mutações das agriculturas familiares no Nordeste do Brasil**. Brasília Montpellier:EmbrapaCirad,2003.
2. BECKER, B.; BUARQUE, C.; SACHS, I. **Dilemas e Desafios do Desenvolvimento Sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.
3. VEIGA, J. E. da. **Desenvolvimento Sustentável**. 3.ed.Rio de Janeiro: Garamond, 2008.
4. BUARQUE, S. C. **Construindo o desenvolvimento local sustentável**. 2.ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.
5. CARVALHO, I. C. de M. **Educação ambiental: a formação do sujeito ecológico**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

DISCIPLINA: Meio Ambiente e Relações Sociais**EMENTA:**

Relações entre ambiente e sociedade no mundo contemporâneo. Críticas ecológicas à lógica consumista e de maximização produtiva das sociedades modernas. Ética e desenvolvimento sustentável. Relações entre o ambiente e atores sociais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. HANNIGAN, J. A. **Sociologia Ambiental**. Rio Janeiro: Editora Vozes, 2009.
2. MORAN, E. F. **Meio Ambiente e Ciências Sociais**. São Paulo: SENAC, 2011.
3. SILVA, E. **Saúde Ambiental: o meio ambiente e o homem**. São Paulo: All Print, 2012.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. CASTRO, R. S. de; LAYRARGUES, P.P.; LOUREIRO, C.F. B. **Sociedade e Meio Ambiente**. São Paulo: Cortez, 2012.
2. REIGOTA, M. **Meio Ambiente e Representação Social**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2010.
3. CARVALHO, I. C. de M. **Educação ambiental: a formação do sujeito ecológico**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2008.
4. DIAS, G. F. **Educação ambiental: princípios e práticas**. 9. ed. São Paulo: Gaia, 2004.
5. GUIMARAES, M. (org.). **Caminhos da educação ambiental: da forma a ação**. 4. ed. Campinas, SP: Papirus, 2006.

DISCIPLINA: Filosofia e Linguagem**EMENTA:**

Discussão da linguagem como o universo dos signos e o lugar da constituição da ideologia, a partir de orientações do pensamento filosófico a respeito do estudo da linguagem. Ao tomar a linguagem como

uma questão filosófica, busca-se recolocar as discussões sobre sujeito, sociedade e língua, e refletir sobre as teorias das interações verbais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. BAKHTIN, M. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 1986.
2. AUROUX, S. **A questão da origem das línguas, seguido de A historicidade das ciências**. Campinas, SP: Editora RG, 2008.
3. AUROUX, S. **Filosofia da Linguagem**. São Paulo: Parábola, 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. AUSTIN, J. **Quando dizer é Fazer**. Porto Alegre: Editora vozes/ Artes Médicas, 1993.
2. FREGE, G. **Lógica e filosofia da linguagem**. São Paulo: Cultrix/Edusp, 1978.
3. COSTA, C. F. **Filosofia da Linguagem**. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.
4. GRANGER, G. G. **Filosofia, Linguagem e Ciência**. São Paulo: Ideias e Letras, 2013.
5. GRACIOSO, L. de S.; SALDANHA, G. S. **Ciência da Informação e Filosofia da Linguagem**. Araraquara-SP: Junqueira e Marin, 2012.

DISCIPLINA: Seminário Integrador V

EMENTA:

Socialização dos estudos individuais a partir de questões delineadas pelos professores, bem como a socialização da produção realizada no tempo-comunidade. Apresentação dos resultados das práticas de pesquisa e extensão desenvolvidas na comunidade. Fechamento das questões teórico-práticas discutidas durante o semestre.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2006.
2. MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2008.
3. SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo : Cortez, 2002.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. São Paulo: Cortez. 2006.
2. MARCONI, M.de A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2007.
3. HAGUETTE, T. M. F. **Metodologias qualitativas na sociologia**. Petrópolis: Vozes, 1990.
4. MILL, J.S. **A lógica das ciências sociais**. São Paulo: Iluminuras, 2001.
5. SANTOS, M. **Pensando o espaço do homem**. 5.ed. São Paulo, 2004.

DISCIPLINA: Estágio Curricular Supervisionado I

EMENTA:

Abordagem do processo de formação e a trajetória da profissionalização docente e suas instâncias constitutivas, além de laboratório e oficinas de planejamento, ação docente e avaliação, construção de materiais didáticos, utilização das novas Tecnologias em educação.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. CUNHA, M. I. **O Bom Professor e sua Prática**. 16. ed. Campinas: Papyrus, 2004.
2. FREITAS, L. C. **Neotecnismo e formação do educador**. In: ALVES, Nilda (org.) **Formação de Professores: pensar e fazer**. 9. ed. São Paulo: Cortez Editores, 2006.
3. PIMENTA, S. G. **O Estágio na Formação de Professores: unidade teoria e prática?** 7. ed. São Paulo: Cortez Editores, 2006.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. PIMENTA, S. G. & GONÇALVES, C. L. **Reverendo o Ensino de 2º Grau: propondo a**

<p>Formação de Professores. 2. ed. São Paulo: Cortez Editores, 2001.</p> <p>2. ZOBOLI, G. Prática de ensino. São Paulo: Editora Ática, 2004.</p> <p>3. ALVES, R. Conversas com quem gosta de ensinar. São Paulo: Cortez, 1991.</p> <p>4. AQUINO, J. G. A indisciplina na sala de aula. São Paulo: Summus, 1996.</p> <p>5. ARANHA, L. Pedagogia histórico-crítica. São Paulo: Educ, 1992</p>
--

6º Semestre

DISCIPLINA: Relações Étnico-Raciais, Gênero e Diversidade
EMENTA: Educação e Diversidade Cultural. O racismo, o preconceito e a discriminação racial e suas manifestações no currículo da escola. As diretrizes curriculares para a educação das relações étnico-raciais. Diferenças de gênero e Diversidade na sala de aula.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA <ol style="list-style-type: none"> 1. ABRAMOVAY, M.; GARCIA, M. C. (coord.). Relações raciais na escola: reprodução de desigualdades em nome da igualdade. Brasília-DF: UNESCO; INEP; Observatório de Violências nas Escolas, 2006. 2. ROCHA, R. M. de C.; TRINDADE, A. L. da (orgs.). Ensino Fundamental. Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais. Brasília: Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2006. 3. PERRENOUD, P. A Pedagogia na escola das diferenças: fragmentos de uma sociologia do fracasso. 2.ed. Porto Alegre: Artmed, 2001.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR <ol style="list-style-type: none"> 1. GOMES, N. L.; SILVA, P. B. G. e (org.). Experiências étnico-culturais para a formação de professores. Belo Horizonte: Autêntica, 2002. 2. MEYER, D. E. Alguns são mais iguais que os outros: etnia, raça e nação em ação no currículo escolar. In: A escola cidadã no contexto da globalização. 4.ed. São Paulo: Vozes, 2000. 3. FRANCO, S. C. Cultura, Inclusão e Diversidade. São Paulo: Moderna Editora, 2013. 4. CUNHA, E. Práticas Pedagógicas para inclusão e diversidade. Rio de Janeiro: Wak, 2011. 5. COELHO, M. C. Trajetórias da Diversidade na Educação. São Paulo: Física Editora, 2012.

DISCIPLINA: Libras
EMENTA: Aspectos clínicos, educacionais e socioantropológicos da surdez. A Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS: características básicas da fonologia. Noções básicas de léxico, de morfologia e de sintaxe. Tradução em Libras/Português. Desenvolvimento da expressão visual-espacial. Noções básicas da Língua Brasileira de Sinais.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA <ol style="list-style-type: none"> 1. GOES, M. C. R. Linguagem, surdez e educação. Campinas, SP: Ed. Autores Associados, 1996. 2. QUADROS, R. M.; KARNOPP, L. B. Língua de sinais brasileira, estudos linguísticos. Porto Alegre: Ed. Artmed, 2004. 3. SKLIAR, C. (org.). A surdez: um olhar sobre as diferenças. Porto Alegre: Ed. Mediação, 2001.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR <ol style="list-style-type: none"> 1. BRASIL. Secretaria de Educação Especial. Saberes e práticas da inclusão. MEC/SEEP: Brasília, 2005. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/avaliacao.pdf>

2. CAPOVILLA, F. C.; RAPHAEL, W. D. **Enciclopédia da Língua de Sinais Brasileira**. São Paulo: Editora EDUSP, 2006.
3. FALCAO, L. A. **Surdez, Cognição Visual e Libras**. São Paulo: Luiz Alberico, 2012.
4. CARMOZINE, M. M.; NORONHA, S. C. C. **Surdez e Libras**. São Paulo: Hub Editorial, 2012.
5. PEREIRA, M. C. da C. **Libras – conhecimentos além dos sinais**. São Paulo: Pearson Brasil, 2011.

DISCIPLINA: Prática de Pesquisa e Extensão em Escolas do Campo

EMENTA:

Estudo de questões ligadas à educação e à escola do campo. Investigação e análise das pesquisas e ações de extensão junto à Educação do Campo.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. SOUZA, E. L.; MOURA, A. da S. **Diálogos sobre a educação do campo**. Teresina: EDUFPI, 2011.
2. REVISTA DE FORMAÇÃO POR ALTERNÂNCIA. **Juventudes Rurais**. Brasília: Ed. CEFFAs. 2008.
3. REVISTA DE FORMAÇÃO POR ALTERNÂNCIA. **Desenvolvimento Sustentável e Solidário** Brasília: Ed. CEFFAs. 2008

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. REVISTA DE FORMAÇÃO POR ALTERNÂNCIA. **Formação Integral**. Brasília: Ed. CEFFAs. 2007.
2. CALIARI, R. O. **Pedagogia da Alternância e desenvolvimento local**. Lavras, MG: Ed. UFLA, 2002.
3. MARTINS, A. A.; ROCHA, M. I. A. **Educação do Campo: desafios para a formação de professores**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.
4. PALADIM JUNIOR, H. A. **Educação do Campo: a territorialização e a espacialização do MST**. São Paulo: Annablume, 2010.
5. GHEDIN, E. **Educação do Campo – epistemologia e práticas**. São Paulo: Cortez, 2012.

DISCIPLINA: Organização e Gestão da Produção no Campo

EMENTA:

Políticas Públicas e Projetos de Desenvolvimento Rural. Os espaços e as modalidades de intervenção sobre a agricultura por parte da sociedade organizada e do Estado, assim como os mecanismos institucionais de negociações em torno das políticas. Modelos de organização e de gestão da propriedade. Compreensão da relação entre a produção, o mercado e a formação do cooperativismo e o associativismo das famílias e dos empreendimentos solidários.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. LAUGENI, F. P.; MARTINS, P. G. **Administração da Produção**. 2.ed. São Paulo: Saraiva, 2005.
2. TUBINO, D. F.. **Manual de Planejamento e Controle da Produção**. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2000.
3. GURGEL, F. do A. **Administração do Produto**. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2001.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. FERREIRA, A. C. S; SIQUEIRA, J. R. M. **Contabilidade ambiental e relatórios sociais**. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2012.
2. VOLTOLINI, R. **Terceiro Setor: Planejamento e Gestão**. 3.ed. São Paulo: SENAC, 2009.

3. MEC/SECADI. **Educação do Campo: Diferenças Mudando Paradigmas**. Brasília: Cadernos Secadi 2, MEC/Secadi, 2007.
4. KOLING, E. J.; NERY, I.I.J.; MOLINA, M. C. (orgs). **Por uma Educação do Campo**. Brasília: UNB, 1999.
5. ARROYO, M.G. et al (Orgs). **A Educação Básica e o Movimento Social do Campo**. Brasília, DF, 1999.

DISCIPLINA: Seminário Integrador VI

EMENTA:

Socialização dos estudos individuais a partir de questões delineadas pelos professores, bem como a socialização da produção realizada no tempo-comunidade. Apresentação dos resultados das práticas de pesquisa e extensão desenvolvidas na comunidade. Fechamento das questões teórico-práticas discutidas durante o semestre.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2006.
2. MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2008.
3. SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo : Cortez, 2002.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. São Paulo: Cortez. 2006.
2. MARCONI, M.de A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2007.
3. HAGUETTE, T. M. F. **Metodologias qualitativas na sociologia**. Petrópolis: Vozes, 1990.
4. MILL, J.S. **A lógica das ciências sociais**. São Paulo: Iluminuras, 2001.
5. SANTOS, M. **Pensando o espaço do homem**. 5.ed. São Paulo, 2004.

DISCIPLINA: Estágio Curricular Supervisionado II

EMENTA:

Abordagem do Projeto de Estágio, além da realização do estágio observacional escolar (Ensino Fundamental e Médio).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. CUNHA, M. I. **O Bom Professor e sua Prática**. 16. ed. Campinas: Papyrus, 2004.
2. FREITAS, L. C. **Neotecnicismo e formação do educador**. In: ALVES, Nilda (org.) **Formação de Professores: pensar e fazer**. 9. ed. São Paulo: Cortez Editores, 2006.
3. PIMENTA, S. G. **O Estágio na Formação de Professores: Unidade Teoria e Prática?** 7. ed. São Paulo: Cortez Editores, 2006.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. PIMENTA, S. G. & GONÇALVES, C. L. **Reverendo o Ensino de 2º Grau: propondo a Formação de Professores**. 2. ed. São Paulo: Cortez Editores, 2001.
2. ZOBOLI, G. **Prática de ensino**. São Paulo: Editora Ática, 2004.
3. ALVES, R. **Conversas com quem gosta de ensinar**. São Paulo: Cortez, 1991.
4. AQUINO, J. G. **A indisciplina na sala de aula**. São Paulo: Summus, 1996.
5. ARANHA, L. **Pedagogia histórico-crítica**. São Paulo: Educ, 1992

7º Semestre

DISCIPLINA: Prática de Pesquisa e Extensão em Movimentos Sociais**EMENTA:**

Estudo de questões ligadas aos Movimentos Sociais. Investigação e análise das pesquisas e ações de extensão junto aos Movimentos Sociais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. GOHN, M. da G. **Movimentos sociais e Educação**. 8.ed.São Paulo: Cortez, 2012
2. NOGUEIRA, M. A. **Em defesa da política**. 2.ed.São Paulo: Editora Senac, 2005.
3. BRAGA, C.S.; HENRIQUES, M.; MAFRA, R. L. M. **As Relações Públicas na constituição das causas sociais: a mobilização como ato comunicativo**. Anais do 3º Congresso Internacional da Associação Latino Americana de Relações Públicas (ALARP). Londrina/PR, 2002

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. ALVAREZ, S.E.; DAGNINO, E.; ESCOBAR, A. (orgs.). **Cultura e Política nos Movimentos Sociais Latino-Americanos**. Novas Leituras. Belo Horizonte: ED. UFMG, 2000.
2. MELUCCI, A. **A invenção do presente. Movimentos sociais nas sociedades complexas**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2001.
3. BEZERRA NETO, Luiz. **Sem Terra aprende e ensina: Um estudo sobre as práticas educativas e formativas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST – 1979-1998**. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Campinas, 1998.
4. ARROYO, Miguel Gonzalez; CALDART, Roseli Salete e MOLINA, Mônica Castagna. (Orgs). **Por uma Educação do Campo**. 4 ed. Petrópolis: Vozes, 2009.
5. FERNANDES, Bernardo Mançano. Préfácio. *In*: SOUZA, Maria Antônia de. **Educação do Campo: Propostas e Práticas Pedagógicas do MST**. Petrópolis: Vozes, 2006.

DISCIPLINA: Agroecologia e Desenvolvimento Rural**EMENTA:**

Modelos Convencionais de Agricultura: Princípios, Evolução, Práticas Adotadas, Resultados, Problemas. Princípios Ecológicos na Agricultura. Dinâmica de Nutrientes da Água e Energia, Biologia do Solo, Biodiversidade. Base Ecológica do Manejo de Pragas, Doenças e Plantas Invasoras. Ciclagem dos Nutrientes Através de Adubação Verde e Compostagem. Manejo Sustentável dos Agrossistemas. Modelos Alternativos de Agricultura. Integração de Atividades e Recursos numa Propriedade Agrícola.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. ALTIERI, M. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2002.
2. CAPORAL, F.R. COSTABEBER, J. **A Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável: perspectivas para uma nova extensão rural**. Porto Alegre: Emater/RS, ASCAR, 2001.
3. GLIESSMAN, S.R. **Agroecologia: Processos ecológicos em agricultura sustentável**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2005.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. TOWNSEND, C. R., BEGON, M. & HARPER, J. L. **Fundamentos em ecologia**, 2.ed. Porto Alegre: Artmed Editora, 2003.
2. DIESEL, V.; FROEHLICH, J. M.. **Desenvolvimento Rural**. 2.ed.Ijuí: Editora UNIJUÍ, 2009.
3. LAUGENI, F. P.; MARTINS, P. G. **Administração da Produção**. 2.ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

4. TUBINO, D. F.. **Manual de Planejamento e Controle da Produção**. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2000.
5. GURGEL, F. do A. **Administração do Produto**. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2001.

DISCIPLINA: Trabalho de Conclusão de Curso I

EMENTA:

Método e Técnica de pesquisa. Pesquisa bibliográfica. Elaboração de projeto de pesquisa. Normas da ABNT. Elaboração de TCC.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. **ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS**. Rio de Janeiro: ABNT, 2002.
2. MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos da Metodologia Científica**. 6.ed São Paulo: ATLAS, 2007.
3. SANTOS, A. R. dos. **Metodologia Científica: a Construção do Conhecimento**. 7. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2009.
2. DUSILEX, D. **A Arte de investigação criadora: introdução à Metodologia da Pesquisa**. Rio de Janeiro: JERP, 2000.
3. CASTRO, N.; OLIVEIRA, M. Como fazer um projeto de Pesquisa. Juiz de Fora/MG.EDUFJF. 1994.
4. INÁCIO, G. **A Monografia na Universidade**. Campinas-SP: Papyrus, 1995.
5. GUEDES, E. M. **Curso de Metodologia Científica**. Curitiba: HD Livros, 2000.

DISCIPLINA: Seminário Integrador VII

EMENTA:

Socialização dos estudos individuais a partir de questões delineadas pelos professores, bem como a socialização da produção realizada no tempo-comunidade. Apresentação dos resultados das práticas de pesquisa e extensão desenvolvidas na comunidade. Fechamento das questões teórico-práticas discutidas durante o semestre.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2006.
2. MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2008.
3. SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo : Cortez, 2002.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. São Paulo: Cortez. 2006.
2. MARCONI, M.de A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2007.
3. HAGUETTE, T. M. F. **Metodologias qualitativas na sociologia**. Petrópolis: Vozes, 1990.
4. MILL, J.S. **A lógica das ciências sociais**. São Paulo: Iluminuras, 2001.
5. SANTOS, M. **Pensando o espaço do homem**. 5.ed. São Paulo, 2004.

DISCIPLINA: Estágio Curricular Supervisionado III
EMENTA: Abordagem do programa de estágio focando a regência para o Ensino Fundamental.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA <ol style="list-style-type: none"> 1. CUNHA, M. I. O Bom Professor e sua Prática. 16.ed. Campinas: Papyrus, 2004. 2. FREITAS, L. C. Neotecnismo e formação do educador. In: ALVES, Nilda (org.) Formação de Professores: pensar e fazer. 9.ed. São Paulo: Cortez Editores, 2006. 3. PIMENTA, S. G. O Estágio na Formação de Professores. Unidade Teoria e Prática? 7. ed. São Paulo: Cortez Editores, 2006.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR <ol style="list-style-type: none"> 1. PIMENTA, S. G. & GONÇALVES, C. L. Reverendo o Ensino de 2º Grau: propondo a Formação de Professores. 2. ed. São Paulo: Cortez Editores, 2001. 2. ZOBOLI, G. Prática de ensino. São Paulo: Editora Ática, 2004. 3. ALVES, R. Conversas com quem gosta de ensinar. São Paulo: Cortez, 1991. 4. AQUINO, J. G. A indisciplina na sala de aula. São Paulo: Summus, 1996. 5. ARANHA, L. Pedagogia histórico-crítica. São Paulo: Educ, 1992

8º Semestre

DISCIPLINA: Memória, Discurso e Sociedade
EMENTA: Linguagem, memória, discurso e identidade. Práticas discursivas institucionais e não institucionais. Embates sócio-históricos nas construções discursivas. Os discursos como locus de lutas dos sujeitos/instituições e projetos sócio-culturais.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA <ol style="list-style-type: none"> 1. PÊCHEUX, M. O Discurso. Estrutura ou acontecimento. 3.ed. Campinas, SP: Pontes, 2002. 2. ACHARD, P. et al. Papel da Memória. Campinas, SP: Pontes, 2007. 3. ALTHUSSER, L. Aparelhos ideológicos de Estado. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR <ol style="list-style-type: none"> 1. GUIMARÃES, Eduardo Roberto Junqueira (org.). Sentido e Memória. Campinas, SP: Pontes Editores, 1998. 2. ORLANDI, E. P. (org.) Discurso Fundador: a Formação do País e a Construção da Identidade Nacional. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1993. 3. FOUCAULT, M. A ordem do Discurso. São Paulo: Loyola, 2005. 4. BAKHTIN, M. Marxismo e filosofia da linguagem. São Paulo: Hucitec, 1986. 5. AUROUX, S. Filosofia da Linguagem. São Paulo: Parábola, 2009.

DISCIPLINA: Trabalho de Conclusão de Curso II
EMENTA: Desenvolvimento do projeto. Prática de coleta de dados, experimentação e análise. Elaboração e Apresentação de Monografia.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA <ol style="list-style-type: none"> 1. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. Rio de Janeiro: ABNT, 2002. 2. MARCONI, M.de A.; LAKATOS, E. M. Fundamentos da Metodologia Científica. 6..ed São Paulo: ATLAS, 2007. 3. SANTOS, A. R.dos. Metodologia Científica: a Construção do Conhecimento. 7. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2008.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR <ol style="list-style-type: none"> 1. GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2009. 2. DUSILEX, D. A Arte de investigação criadora: introdução à metodologia da pesquisa. Rio de Janeiro: JERP, 2000. 3. CASTRO, N.; OLIVEIRA, M. Como fazer um projeto de Pesquisa. Juiz de Fora/MG.EDUFJF. 1994. 4. INÁCIO, G. A Monografia na Universidade. Campinas-SP: Papyrus, 1995. 5. GUEDES, E. M. Curso de Metodologia Científica. Curitiba: HD Livros, 2000.

DISCIPLINA: Seminário Integrador VIII
EMENTA: Socialização dos estudos individuais a partir de questões delineadas pelos professores, bem como a socialização da produção realizada no tempo-comunidade. Apresentação dos resultados das práticas de pesquisa e extensão desenvolvidas na comunidade. Fechamento das questões teórico-práticas discutidas durante o semestre.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA <ol style="list-style-type: none"> 1. MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. Metodologia científica. São Paulo: Atlas, 2006. 2. MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. Técnicas de pesquisa. São Paulo: Atlas, 2008. 3. SEVERINO, A. J. Metodologia do trabalho científico. São Paulo : Cortez, 2002.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR <ol style="list-style-type: none"> 1. CHIZZOTTI, A. Pesquisa em ciências humanas e sociais. São Paulo: Cortez. 2006. 2. MARCONI, M.de A.; LAKATOS, E. M. Fundamentos de metodologia científica. São Paulo: Atlas, 2007. 3. HAGUETTE, T. M. F. Metodologias qualitativas na sociologia. Petrópolis: Vozes, 1990. 4. MILL, J.S. A lógica das ciências sociais. São Paulo: Iluminuras, 2001. 5. SANTOS, M. Pensando o espaço do homem. 5.ed. São Paulo, 2004.

DISCIPLINA: Estágio Curricular Supervisionado IV
EMENTA: Abordagem do projeto de estágio focando a regência para o Ensino Médio.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA <ol style="list-style-type: none"> 1. CUNHA, M. I. O Bom Professor e sua Prática. 16. ed. Campinas: Papyrus, 2004. 2. FREITAS, L. C. Neotecnismo e formação do educador. In: ALVES, Nilda (org.) Formação de Professores: pensar e fazer. 9. ed. São Paulo: Cortez Editores, 2006. 3. PIMENTA, S. G. O Estágio na Formação de Professores: unidade Teoria e Prática? 7. ed. São Paulo: Cortez Editores, 2006.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

PIMENTA, S. G. & GONÇALVES, C. L. **Reverendo o Ensino de 2º Grau: propondo a Formação de Professores**. 2.ed. São Paulo: Cortez Editores, 2001.
 ZOBOLI, G. **Prática de ensino**. São Paulo: Editora Ática, 2004.
 ALVES, R. **Conversas com quem gosta de ensinar**. São Paulo: Cortez, 1991.
 AQUINO, J. G. **A indisciplina na sala de aula**. São Paulo: Summus, 1996.
 ARANHA, L. **Pedagogia histórico-crítica**. São Paulo: Educ, 1992

Optativas

DISCIPLINA: Organização Espacial do Brasil II

EMENTA:

A produção do espaço no Brasil e a sua inserção no capitalismo mundial. Industrialização e meio ambiente. Os recursos minerais e energéticos: aproveitamento e meio ambiente. A dinâmica populacional brasileira e urbanização.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. ANDRADE, M. C. de A. **Uma Geografia para o Século XXI**. Campinas: Papirus, 1994.
2. ANDRADE, M. C. de A. **Globalização e Geografia**. Recife: Ed. UFPE, 1996.
3. BECKER, B. K. (org). **Geografia e Meio Ambiente no Brasil**. São Paulo: HUCITEC, 1995.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. BEZERRA, M. do C. de L. (org). **Agenda 21 Brasileira - Resultados da Consulta Nacional**. Brasília: MMA/PNUD, 2002.
2. FURTADO, Celso. **O Longo Amanhecer: reflexões sobre a formação do Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.
3. AB'SABER, A. N. **Os domínios de natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas**. São Paulo: Ateliê, 2003.
4. ROSS, J. L. S. **Geografia do Brasil**. São Paulo, Editora Edusp, 1995.
5. VESENTINI, J. W. **Sociedade e Espaço: Geografia Geral e do Brasil**. 41.ed. SP: Ed. Ática, 1999.

DISCIPLINA: Geografia Agrária II

EMENTA:

Objeto e método. Os elementos internos e externos do sistema agrário. Relações jurídicas e sociais no meio rural. A população rural e o uso do solo. Teorias da renda da terra. A política agrária

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. BERGAMASCO, S.M.; NORDOR, L.C. **O que são Assentamentos rurais**. São Paulo: Brasiliense, 1996.
2. BORGES, M. S. L. **Terra – Ponto de Partida, Ponto de chegada**. São Paulo: Anita LTDA., 1997.
3. FERREIRA, D. A. de O. **Mundo Rural e Geografia: Geografia Agrária no Brasil – 1930-1960**. São Paulo: EUNESP, 2002.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. FERNANDES, B. M. **MST: formação e territorialização**. São Paulo: Hucitec, 1996.
2. FERNANDES, B. M. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2000.
3. ANDRADE, M. C. **A questão do território no Brasil**. São Paulo-Recife: Hucitec/Ipespe, 1995.
4. ANDRADE, M. C. **A terra e o homem no nordeste**. 5.ed., São Paulo: Atlas, 1995.
5. GRAZIANO DA SILVA, J. **Estrutura agrária e produção de subsistência na agricultura brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1980.

DISCIPLINA: Educação do Campo e Movimentos Sociais**EMENTA:**

Protagonismo da sociedade civil. Movimentos sociais no campo. Mobilização social. Políticas educacionais no campo e o papel das organizações sociais. Conquistas históricas dos movimentos sociais urbanos e do campo.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. BEZERRA NETO, Luiz. **Sem Terra aprende e ensina: Um estudo sobre as práticas educativas e formativas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST – 1979-1998**. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Campinas, 1998.
2. ARROYO, Miguel Gonzalez; CALDART, Roseli Salette e MOLINA, Mônica Castagna. (Orgs). **Por uma Educação do Campo**. 4 ed. Petrópolis: Vozes, 2009.
3. FERNANDES, Bernardo Mançano. Préfácio. *In*: SOUZA, Maria Antônia de. **Educação do Campo: Propostas e Práticas Pedagógicas do MST**. Petrópolis: Vozes, 2006.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. GOHN, Maria da Glória. **O protagonismo da sociedade civil: movimentos sociais, ONGs e redes solidárias**. São Paulo: Cortez, 2005.
2. SCHERER-WARREN, Ilse. **Cidadania sem fronteiras: ações coletivas na era da globalização**. São Paulo: Hucitec, 1999.
3. ALVES, G. L.(org). **Educação no Campo: recorte no tempo e no espaço**. Campinas: Autores Associados, 2009.
4. ANTUNES, M. I.; MARTINS, A. A. **Educação do Campo: desafios para a formação de professores**. São Paulo: Autentica ebook, 2009.
5. PALADIM JUNIOR, H. A. **Educação do Campo: a territorialização e espacialização do MST**. São Paulo: Annablume Editora, 2010.

DISCIPLINA: Educação e cultura popular**EMENTA:**

Identificação dos aspectos sócio-políticos e culturais que caracterizam o Brasil como país pluricultural na contemporaneidade. Abordagem sobre os conceitos de cultura, identidade, etnia, educação não-formal, arte-educação, etc. O conceito de cultura popular e sua evolução no Brasil. Reflexão sobre o papel dos veículos de comunicação de massa e da indústria cultural, e suas influências na nossa cultura contemporânea. Realização de aproximações com processos educativos que envolvam questões relativas à cultura popular a partir do contato com seus protagonistas. Compreensão das manifestações da cultura popular enquanto processos de construção da identidade cultural no âmbito da educação formal e não-formal.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. DERMARTINI, Z.de B. F.; KISHIMOTO, T. M. **Educação e Cultura**. São Paulo: EDUSP, 2012.
2. COELHO NETTO, J.T. **Cultura e Educação**. São Paulo: Iluminuras, 2011.
3. FAVERO, O. **Cultura Popular, Educação Popular**. 2.ed. Rio de Janeiro: Graal Editora, 2004.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. ADAMS, T. **Educação e Economia Popular Solidária**. São Paulo: Ideias e Letras, 2010.
2. BRANDAO, C. R. **O que é Educação Popular?** São Paulo: Brasiliense, 2006.
3. ARROYO, M. G. (org). **Da Escola Carente à Escola Possível**. 4ed. São Paulo: Edições Loyola, 1997.

4. AYALA, M. I. N.; AYALA, M. **A cultura popular no Brasil**. 2.ed. São Paulo : Ática, 1995.
5. ARROYO, Miguel Gonzalez; CALDART, Roseli Salette e MOLINA, Mônica Castagna. (Orgs). **Por uma Educação do Campo**. 4 ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

DISCIPLINA: Aspectos teórico-metodológicos da Educação de Jovens e Adultos

EMENTA:

A educação de jovens e adultos como direito. Concepções teórico-metodológicas de educação de jovens e adultos. A diversidade da educação de jovens e adultos. Os fundamentos legais da educação de jovens e adultos como modalidade de educação. A história da Educação de Jovens e Adultos. As diretrizes curriculares nacionais para a educação de jovens e adultos. As políticas e programas de educação de jovens e adultos no Brasil e Piauí.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. MASAGÃO, V. M. R. **Educação de Jovens e Adultos: novos leitores, novas leituras**. Campinas: Ação Educativa, 2001.
2. PAIVA, V. **História da Educação Popular no Brasil: educação popular e educação de adultos**. 6.ed. São Paulo: Loyola, 2003.
3. KLEIN, L. R. **Alfabetização de jovens e adultos: questões e proposta para a prática pedagógica na perspectiva histórica**. 4. ed. Brasília: Universa, 2003.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. FREIRE, P. **Professora sim, tia não-Cartas a quem ousa ensinar**. SP: Cortez, 1995.
2. FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 44. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
3. LOPES, A.; MACEDO, E. **Currículo e Conhecimento: a contribuição das teorias críticas**. São Paulo: Cortez, 2002.
4. ORTIZ, R. **Cultura Brasileira e Identidade Nacional**. São Paulo: Brasiliense, 1986.
5. MOREIRA, A. F. B. (Org.). **Currículo: Políticas e Práticas**. Campinas: Papirus, 1999.

DISCIPLINA: Tecnologias aplicadas ao Ensino

EMENTA:

Fundamentos teórico-práticos que servem de base ao uso das Novas Tecnologias da Informação e Comunicação (NTIC). Estudo da utilização das NTIC nas variadas práticas educacionais. Apresentação de softwares, seus usos e estudo prático de exemplos de atividades voltadas à prática educacional.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. BRITO, G. da S. & PURIFICAÇÃO, I. da. **Educação e Novas tecnologias: um re-pensar**. Curitiba: IBPEX, 2008.
2. OLIVEIRA, M. A. M. & COSTA, J. W. da. **Novas Linguagens e Novas Tecnologias – Educação e Sociabilidade**. Petrópolis: Vozes, 2004.
3. SILVA, M. L., KOPP, R. & LEIVAS, M. **Novas Tecnologias – Educação e Sociedade na Era da Informação**. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2001.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. ARAÚJO JUNIOR, C. F. & SILVEIRA, I. F. **Tecnologia da Informação e Educação: pesquisas e aplicações**. São Paulo: ANDROSS EDITORA, 2006.
2. ALMEIDA, F.J. **Educação e Informática: os computadores na escola**. São Paulo: Cortez Editores, 2005.
3. LOPES, A.; MACEDO, E. **Currículo e Conhecimento: a contribuição das teorias críticas**. São Paulo: Cortez, 2002.
4. SILVA, T. T. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo**. 2. ed.

Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

5. MOREIRA, A. F. B. (Org.). **Currículo: Políticas e Práticas**. Campinas: Papirus, 1999.

DISCIPLINA: Fundamentos da Educação Inclusiva

EMENTA:

Panorama geral do atendimento ao aluno com necessidades educativas especiais. Trajetória da Educação Especial à Educação Inclusiva: modelos de atendimento, paradigmas: educação especializada/ integração/ inclusão. Valorização das diversidades culturais e linguísticas na promoção da Educação Inclusiva. Políticas públicas para Educação Inclusiva – Legislação Brasileira: o contexto atual. Acessibilidade à escola e ao currículo. Adaptações curriculares. Tecnologia Assistiva.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. FERREIRA, J. R. e GLAT, R. **Reformas educacionais pós-LDB: a inclusão do aluno com necessidades especiais no contexto da municipalização**. In: Souza, D. B. e Faria, L. C. M. Descentralização, municipalização e financiamento da Educação no Brasil pós-LDB. Rio de Janeiro: DP& A, 2003.
2. FERNANDES, E. **Educação para todos - saúde para todos: a urgência da adoção de um paradigma multidisciplinar nas políticas públicas de atenção a pessoas portadoras de deficiências**. Revista Benjamin Constant. n° 14 , ano 5. Rio de Janeiro: MEC, 3-10, 1999.
3. MITTLER, P. **Educação inclusiva: contextos sociais**. Porto Alegre: Artmed Editora, 2003

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. FERNANDES, E. **Ensino Fundamental: Currículo e Inclusão. Surdez e Universo Educacional**. Anais do IV Congresso Internacional e X Seminário Nacional. Instituto Nacional de Educação de Surdos, 2005 (no prelo).
2. GLAT, R. A e FERNANDES, E.M. **Da Educação Segregada à Educação Inclusiva: uma breve reflexão sobre os paradigmas educacionais no contexto da Educação Especial brasileira**. Revista Inclusão, Brasília: MEC/SEESP, vol.I, n° 1, 2005 (no prelo).
3. LOPES, A.; MACEDO, E. **Currículo e Conhecimento: a contribuição das teorias críticas**. São Paulo: Cortez, 2002.
4. SILVA, T. T. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.
5. ORTIZ, R. **Cultura Brasileira e Identidade Nacional**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

DISCIPLINA: Teorias da Aprendizagem

EMENTA:

Fundamentos teóricos, características e análise crítica das teorias da aprendizagem. A relação entre aprendizagem e desenvolvimento. O desenvolvimento das funções psíquicas superiores. A perspectiva sócio-histórica e suas implicações na compreensão dos processos de aprendizagem. O contexto escolar como espaço de aprendizagem e desenvolvimento humano.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. BOCK, A. M. B. **Psicologia sócio-histórica: uma perspectiva crítica em psicologia**. 4.ed. São Paulo: Cortez, 2007.
2. HILGARD, E.R. **Teorias de aprendizagem**. São Paulo: Ed. Herder., 1969.
3. MALUF, M.I. **Aprendizagem: tramas do conhecimento do saber e da subjetividade**. Petrópolis: Editora Vozes, 2006.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. MORIN, E. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. São Paulo: Ed. Cortez, 2000.

2. PERRENOUD, P. **As competências para ensinar no século XXI: a formação dos professores e o desafio da avaliação**. Porto Alegre: Artmed Editora, 2002.
3. DIDONET, V. FUNDEB: **Dilemas e Perspectivas**. Brasília: edição independente, 2001.
4. DOURADO, L. F.; PARO, V. H. (org.). **Políticas Públicas e Educação Básica**. São Paulo: Xamã, 2001.
5. GENTILI, P.; MCCOWAN, T. (orgs.). **Reinventar a escola pública: política educacional para um novo Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2003.

DISCIPLINA: Educação à Distância

EMENTA:

Abordagem do histórico e das perspectivas do ensino à distância, bem como das formas e características da EaD, além de seus potenciais, limites e restrições. Compreensão das relações entre comunicação, tecnologia e educação, assim como, os requisitos educacionais e tecnológicos para a EaD, os conceitos básicos, os aspectos legais, as experiências brasileiras, o cenário atual e os estudo de casos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. LANDIM, C.M.F. **Educação à distância: algumas considerações**. Petrópolis: Vozes, 1997.
2. MEHEDFF, N.A. **Educação à distância, alternativa para elevação da escolaridade e das competências básicas do trabalhador**. In: The Fifth Anglo-Brazilian Seminar On Distance Education In Brazil. Institute Of Education, Londres, Nov.1997.
3. NISKIER, A. **Educação à distância: a tecnologia da esperança; políticas e estratégias; a implantação de um sistema nacional de educação aberta e à distância**. São Paulo: Loyola, 1999.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. LUCENA, M. **Um modelo de escola aberta na Internet: kidlink no Brasil**. Rio de Janeiro: Brasport, 1997.
2. PRETI, O. (org.). **Educação à distância: inícios de um percurso**. Cuiabá: UFMT, 1996.
3. DIDONET, V. FUNDEB: **Dilemas e Perspectivas**. Brasília: edição independente, 2001.
4. DOURADO, L. F.; PARO, V. H. (org.). **Políticas Públicas e Educação Básica**. São Paulo: Xamã, 2001.
5. GENTILI, P.; MCCOWAN, T. (orgs.). **Reinventar a escola pública: política educacional para um novo Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2003.

DISCIPLINA: Temas e Práticas Transversais

EMENTA:

Importância do significado e implicações que os Temas Transversais têm para a Educação. Abordagem dos conceitos de transversalidade e interdisciplinaridade. Estudo teórico-prático das contribuições que essa proposta traz para a construção de uma realidade educacional transformadora, voltada para aspectos políticos, sociais e culturais de interesse da sociedade brasileira.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. ALVARES, M. N. et al. **Valores e temas transversais no currículo**. Porto Alegre: Artmed, 2002.
2. BUSQUETS, M. D. et al. **Temas Transversais em Educação: bases para uma formação integral**. 5.ed. São Paulo: Ática, 1999.
3. YUS, R. **Temas Transversais: em busca de uma nova escola**. Porto Alegre: Artmed, 1998.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. BRASIL. MINISTERIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO. SECRETARIA DE

EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL. **Parâmetros curriculares nacionais: introdução dos temas transversais e ética**. Brasília: MEC/SEF, 1997, Meio ambiente e saúde. Brasília: MEC/SEF, 1997, Pluralidade cultural e Orientação sexual. Brasília: 1vIEC/SEF, 1997.

2. BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL. **Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais**. Brasília: MEC/SEF, 1998.
3. DIDONET, V. FUNDEB: **Dilemas e Perspectivas**. Brasília: edição independente, 2001.
4. DOURADO, L. F.; PARO, V. H. (org.). **Políticas Públicas e Educação Básica**. São Paulo: Xamã, 2001.
5. GENTILI, P.; MCCOWAN, T. (orgs.). **Reinventar a escola pública: política educacional para um novo Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2003.

10.6 O Estágio Supervisionado Obrigatório

O estágio curricular supervisionado, definido por Lei, deve ser realizado na escola de Educação Básica, mais propriamente, nas que desenvolvam atividades de Ensino Fundamental e Ensino Médio, respeitando-se o regime de colaboração entre os sistemas de ensino, tal qual expresso no Art. 211 da Constituição Federal.

Consoante o Art.13, § 3º, da Resolução CNE/CP 1, de 18 de fevereiro de 2002, o estágio supervisionado deve ser desenvolvido a partir do início da segunda metade do curso e ser avaliado conjuntamente pela escola formadora e a escola campo de estágio.

A prática como estágio supervisionado e componente curricular coloca-se como condição para o exercício da docência, já que oportuniza a vivência in loco e o conhecimento de situações reais das mais variadas unidades escolares dos sistemas de ensino, supondo uma relação pedagógica entre um profissional já reconhecido em um ambiente institucional e um aluno estagiário.

Sobre isso, é importante ressaltar que o estágio curricular supervisionado é o momento de efetivar, sob a supervisão de um profissional experiente, um processo de ensino-aprendizagem que, tornar-se-á concreto e autônomo quando da formação deste estagiário.

A operacionalização do Estágio Curricular Supervisionado, toma, ainda, como base a Resolução CNE/CP 2, de 19 de fevereiro de 2002, que aponta para a necessidade de que a carga horária dedicada a essa atividade não seja inferior a 400 (quatrocentas) horas. Em nossa proposta, atentando para a indispensabilidade de adequação ao sistema de computo de horas-atividades da Universidade, subdividimos a carga horária total em quatro etapas, totalizando 405 (quatrocentas e cinco horas), a saber: Estágio Supervisionado I, com 75 (setenta e cinco)

horas, Estágio Supervisionado II, com 90 (noventa) horas, Estágio Supervisionado III, com 120 (cento e vinte horas), e, Estágio Supervisionado IV, com 120 (cento e vinte horas).

O Estágio Curricular Supervisionado do curso será regulamentado e aprovado no CAMEN e pelo colegiado curso.

10.7 O trabalho de conclusão de curso

Para a obtenção do título de Licenciado em Ciências Biológicas, será exigida a realização do Trabalho de Conclusão de Curso – TCC, na forma de artigo. Este se constituirá no desenvolvimento de artigo que será avaliado em sessão pública por uma comissão examinadora composta por três docentes, sendo o orientador o presidente. Será considerado aprovado o candidato com média igual ou superior a 7,0 (sete), computadas as notas dos membros da comissão examinadora.

O aluno deverá eleger uma linha de pesquisa dentre as propostas pelos professores e escrever seu projeto durante o 7º período do curso, devendo matricular-se na disciplina TCC I. No 8º período, o aluno deverá entregar as versões solicitadas de seu artigo e participar da defesa oral pública de seu trabalho – atividades da disciplina TCC II.

Importa mencionar que o regulamento do Trabalho de Conclusão de Curso será aprovado posteriormente pelo Colegiado de Curso e pela CAMEN.

10.8 As atividades complementares

De acordo com a Resolução CNE/CP 2, de 19 de fevereiro de 2002, as atividades complementares fazem parte da necessidade de articulação entre a teoria e a prática, e, entre a pesquisa básica e a aplicada. Estas atividades incluem um conjunto de vivências acadêmicas previstas pela IES para a integralização do curso. Como atividades acadêmicas consideram-se aquelas relevantes para que o estudante adquira, durante a integralização curricular, o saber e as habilidades necessárias à sua formação e que contemplem processos avaliativos.

Ainda segundo o Parecer supracitado, são consideradas atividades integrantes da formação do aluno de Licenciatura em Educação do Campo, além das disciplinas e do estágio supervisionado, seminários, participação em eventos, discussões temáticas, elaboração de projetos de pesquisa, monitorias, além de outras atividades acadêmicas a juízo do Colegiado do Curso. Estas poderão ocorrer em qualquer etapa do curso desde que seus objetivos sejam claramente explicitados.

Assim, de acordo com a Resolução CNE/CP 2, de 19 de fevereiro de 2002, além da carga horária em disciplinas obrigatórias, optativas e de estágio supervisionado, o aluno deverá cumprir, no mínimo, 200 (duzentas) horas em Atividades Complementares de natureza acadêmico-científico-culturais.

A UFPI, visando organizar a realização e o computo dessas atividades, em consonância com o disposto no Inciso V, do Artigo 53, da Lei Nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, aprovou, por meio do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, a Resolução 177/12, que dispõe, dentre outras coisas, sobre as Atividades Científico-Acadêmico-Culturais (Atividades complementares) em seus cursos de Graduação.

Além disso, é importante considerar que para a participação dos alunos nas atividades complementares, deverão ser observados os seguintes critérios:

- I – Serem realizadas a partir do primeiro semestre;
- II – Serem compatíveis com o Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas;
- III – Serem compatíveis com o período cursado pelo aluno ou o nível de conhecimento requerido para a aprendizagem;
- IV – Serem realizadas durante a realização do Curso e/ ou no período letivo, em horário diferenciado das aulas, bem como no período de matrícula institucional;
- V – Serem integralizadas até o período anterior ao período de conclusão do curso.

O Calendário Universitário estipulará período para solicitação de integralização de Atividades Complementares de Graduação junto à coordenação do curso, até 60 (sessenta) dias antes do prazo para a colação de grau do aluno. O Calendário Universitário estipulará período para solicitação de registro de Atividades Complementares de Graduação junto às Coordenações de Curso, a cada período letivo.

A Coordenação do Curso avaliará o desempenho do aluno nas Atividades Complementares de Graduação, emitindo conceito satisfatório ou insatisfatório estipulando a carga horária a ser aproveitada conforme Tabela 2, e fará registro no sistema acadêmico de acordo com os prazos estipulados no calendário acadêmico ou encaminhará à Pró-Reitoria de Ensino de Graduação para as providências cabíveis quando o sistema estiver indisponível.

Os casos de alunos ingressos no Curso através de transferência de outra IES e mudança de curso, que já tiverem participado de Atividades Complementares de Graduação, serão avaliados pela Coordenação do Curso, que, poderá computar o total ou apenas parte da carga horária atribuída pela Instituição ou curso de origem.

Os alunos ingressos como portadores de curso superior deverão desenvolver normalmente as atividades complementares requeridas pelo curso de Licenciatura em Educação do Campo. Os casos omissos serão resolvidos pelo Colegiado de Curso e encaminhados à Pró-Reitoria de Ensino e Graduação para serem homologados pela Câmara de Ensino de Graduação e Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão - CEPEX.

Tabela 2 - Quadro de atividades Complementares

ATIVIDADES DE ENSINO E DE PESQUISA: ATÉ 60 (SESSENTA) HORAS PARA CADA ATIVIDADE			
ATIVIDADE	DESCRIÇÃO	PONTUAÇÃO (C/H)	
		Mínima	Máxima
1 Ensino	Participação em projetos institucionais, PIBID, PET.	30 (trinta) horas	60(sessenta) horas
2 Iniciação a pesquisa	Participação em projetos de pesquisa, projetos institucionais PIBIT, PIBIC	30 (trinta) horas	60(sessenta) horas
3 Grupo de pesquisa	Participação em grupo de pesquisa liderado por docentes da UFPI.	30(trinta) horas	60(sessenta) horas
TOTAL			60
Certificação: Relatório do professor orientador e declaração ou certificado do órgão/unidade competente.			
ATIVIDADES DE PARTICIPAÇÃO E/OU ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS: ATÉ 60 (SESSENTA) HORAS PARA O CONJUNTO DE ATIVIDADES			
ATIVIDADE	DESCRIÇÃO	PONTUAÇÃO (C/H)	
		Mínima	Máxima
1 Apresentação de trabalhos em eventos técnico-científicos.	Apresentação de trabalhos em congressos, seminários, conferências, simpósios, palestras, fórum, semanas acadêmicas.	10 (dez) horas	60 (sessenta) horas
2 Organização de eventos técnico-científicos.	Organização de congressos, seminários, conferências, simpósios, palestras, fórum, semanas acadêmicas.	10 (dez) horas	60(sessenta) horas
3 Participação em eventos técnico-científicos.	Participação em congressos, seminários, conferências, simpósios, palestras, defesa de TCC, de dissertação de mestrado e tese de doutorado, fórum, semanas acadêmicas.	01(uma) hora	60(sessenta) horas
TOTAL			60
Certificação: Certificado de participação (com cópia do trabalho apresentado) ou de organização do evento ou declaração do órgão/unidade competente.			
EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS E/OU COMPLEMENTARES: ATÉ 120 (CENTO E VINTE) HORAS PARA O CONJUNTO DE ATIVIDADES			
ATIVIDADE	DESCRIÇÃO	PONTUAÇÃO (C/H)	
		Mínima	Máxima
Docente	Experiência profissional como docente por um período mínimo de um semestre;	30(trinta) horas	60 (sessenta) horas
TOTAL			120
Certificação: Relatório do professor orientador e declaração ou certificado do órgão/unidade competente.			
ATIVIDADES DE EXTENSÃO: ATÉ 90 (NOVENTA) HORAS PARA O CONJUNTO DE ATIVIDADES			
ATIVIDADE	DESCRIÇÃO	PONTUAÇÃO (C/H)	
		Mínima	Máxima
1 Projeto de extensão com bolsa.	Um semestre de participação em projeto de extensão com dedicação semanal de 12 a 20h.	30 (trinta) horas	60 (sessenta) horas

2 Projeto de extensão voluntário.	Um semestre de participação em projeto de extensão com dedicação semanal de 06 a 20 h.	30 (trinta) horas	30 (sessenta) horas
TOTAL			90
Certificação: Relatório do professor orientador e declaração ou certificado do órgão/unidade competente.			
TRABALHOS PUBLICADOS: ATÉ 90 (NOVENTA) HORAS PARA O CONJUNTO DE ATIVIDADES			
ATIVIDADE	DESCRIÇÃO	PONTUAÇÃO (C/H)	
		Mínima	Máxima
1 Publicações em anais de eventos nacionais.	Publicação em anais de congressos e similares, comprovados com documentação pertinente (declaração, cópia dos anais).	30 (trinta) horas	60 (sessenta) horas
2 Publicações em anais de eventos locais e/ ou regionais.	Publicação em anais de congressos e similares, comprovados com documentação pertinente (declaração, cópia dos anais).	30 (trinta) horas	60 (sessenta) horas
3 Publicações em periódicos nacionais.	Publicações em periódicos especializados comprovados com apresentação de documento pertinente (declaração, cópia dos periódicos).	30 (trinta) horas	60 (sessenta) horas
TOTAL			90
Certificação: Relatório do professor orientador e declaração ou certificado do órgão/unidade competente.			
VIVÊNCIAS DE GESTÃO: ATÉ 40 (QUARENTA) HORAS PARA O CONJUNTO DE ATIVIDADES			
ATIVIDADE	DESCRIÇÃO	PONTUAÇÃO (C/H)	
		Mínima	Máxima
1 Representação estudantil.	<ul style="list-style-type: none"> Participação anual como membro de entidade de representação político – estudantil. Participação anual como membro de diretoria de entidade de representação político – estudantil 	10 (dez) horas	40 (quarenta) horas
TOTAL			40
Certificação: Relatório do professor orientador e declaração ou certificado do órgão/unidade competente.			
ATIVIDADES ARTÍSTICO-CULTURAIS, ESPORTIVAS E PRODUÇÕES TÉCNICO-CIENTÍFICAS: ATÉ 90 (NOVENTA) HORAS PARA O CONJUNTO DE ATIVIDADES			
ATIVIDADE	DESCRIÇÃO	PONTUAÇÃO (C/H)	
		Mínima	Máxima
1 Atividades Artístico-culturais e esportivas e produções técnico-científicas	Participação em grupos de artes, tais como, teatro, dança, coral, poesia, música e produção e elaboração de vídeos, softwares, exposições e programas radiofônicos.	30 (trinta) horas	60 (sessenta) horas
2 Recebimento de premiação ou aprovação em concursos públicos	Premiação recebida em evento artístico culturais, acadêmicos ou por órgãos afins e aprovação de concursos públicos na área de biologia e/ou áreas afins.	30 (trinta) horas	60 (sessenta) horas
TOTAL			90
Certificação: Relatório do professor orientador e declaração ou certificado do órgão/unidade competente.			
DISCIPLINA ELETIVA OFERTADA POR OUTRO CURSO DESTA IES OU POR OUTRAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR: ATÉ 60 (SESENTA) HORAS PARA O CONJUNTO DE ATIVIDADES			
ATIVIDADE	DESCRIÇÃO	PONTUAÇÃO (C/H)	
		Mínima	Máxima
1 Disciplina Eletiva	Ofertada por outro curso desta IES ou por outras Instituições de Educação Superior.	30 (trinta) horas	60 (sessenta) horas
TOTAL			60
Certificação: Histórico Escolar.			
ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO: ATÉ 90 (NOVENTA) HORAS PARA O CONJUNTO DE			

ATIVIDADES			
ATIVIDADE	DESCRIÇÃO	PONTUAÇÃO (C/H)	
		Mínima	Máxima
1 Estágios não obrigatório	Programas de integração empresa-escola ou de trabalhos voluntários, com dedicação semanal de 5 a 20 horas para o aluno.	30 (trinta) horas	90 (noventa) horas
TOTAL			90
Certificação: Relatório do professor orientador e declaração ou certificado do órgão/unidade competente.			
VISITAS TÉCNICAS: ATÉ 10 (DEZ) HORAS PARA O CONJUNTO DE ATIVIDADES			
ATIVIDADE	DESCRIÇÃO	PONTUAÇÃO (C/H)	
		Mínima	Máxima
Visitas técnicas	Visitas técnicas na área do curso que resultem em relatório circunstanciado, validado e aprovada por um prof. responsável, consultado previamente.	01 (uma) hora	10 (dez) horas
TOTAL			10
Certificação: Relatório do professor orientador e declaração ou certificado do órgão/unidade competente.			

Essas atividades, quando desenvolvidas pelo aluno, serão integralizadas ao currículo a cada bloco de 15 horas, que corresponde a um (01) crédito acadêmico, até o limite mínimo de 08 (oito) créditos para os cursos de graduação, bacharelado, e o limite mínimo de 200 horas para os cursos de graduação, licenciatura; atendendo ao que dispõe a Resolução N° 177/12 (CEPEX/UFPI) que também versa sobre as Atividades Científico-Acadêmico-Culturais.

10.9 Apoio ao Discente

Além das exigências feitas aos alunos, é preciso salientar que a UFPI oferece sua contrapartida ao corpo discente por meio das ações desenvolvidas sob a coordenação da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Comunitários (PRAEC), um órgão responsável pelo planejamento e execução da política de assistência estudantil e comunitária da Universidade Federal do Piauí.

A existência de ações de apoio aos discentes tem como finalidade promover ações afirmativas de acesso e inclusão social que buscam garantir a igualdade de oportunidades aos estudantes, através da promoção das condições básicas para sua permanência na instituição. Através da PRAEC, a UFPI oferece aos seus alunos uma rede de apoio acadêmico e social importante para a sua formação pessoal e profissional.

11. METODOLOGIA DE ENSINO E APRENDIZAGEM

Quando lemos os textos oficiais acerca do processo educativo, compreendemos a necessidade de adotarmos práticas mais sociointeracionistas, pois, tal qual afirmado por Vygotsky (1993), é por meio das práticas sociais que o ser humano experimenta uma série de vivências, elaborando seus próprios conceitos, seus valores e suas ideias acerca do mundo em que vive, construindo conhecimentos a partir das práticas de linguagem.

Nesse sentido, o ser humano se constitui e se desenvolve como sujeito ao passo que contribui para a constituição dos outros, age no mundo, transformando e sendo transformado, mediando ações sobre fatores sociais, culturais e históricos.

Pensar as práticas educativas por esse viés implica considerarmos a importância de todos os atores envolvidos nesses processos e viabilizar a construção e a reconstrução de conhecimentos, tão caros ao processo formativo entre pares mais experientes e pares menos experientes.

Quando pensamos o contexto educacional, devemos refletir acerca de dois papéis basilares para sua desenvoltura: o do aluno e o do professor.

Ao considerarmos o papel desempenhado pelo professor para além do ministrar aulas e do repassar conhecimentos, abandonamos uma visão burocrática e damos espaço para a reflexão acerca da importância de estimular a descoberta, o interesse dos alunos por seu processo de ensino-aprendizagem.

Cabe, ao professor, ser um profissional aberto ao conhecimento e à aprendizagem em seu cotidiano, imerso em constantes atualizações e contínua inovação, buscando promover um movimento significativo de aquisição e adequação de conhecimentos. (VYGOTSKY, 1993).

Vale destacar que o processo educativo não pode se distanciar da realidade. Compete, ao docente, refletir criticamente a respeito das informações e conhecimentos que compartilha, considerando as possibilidades de contribuição quanto à diminuição das desigualdades sociais e quanto à melhora da qualidade de vida dos indivíduos. (SACRISTAN e GÓMEZ, 1998)

O profissional comprometido com a educação deve sempre preocupar-se em formar seu aluno a partir de uma visão crítica da sociedade, dando-lhe a oportunidade de expressar suas ideias, tornando-o um cidadão ativo e participante na vida social, cultural e política do seu povo. Agindo assim, o professor colocará em prática sua função política, exercendo sua mais importante atividade profissional – a mediação entre o aluno e a sociedade, seus conteúdos e especificidades.

Dessa maneira, o papel do aluno ganhará contornos diferenciados: deixar-se-á de lado a ideia de um ser subestimado e considerado uma simples ‘tábula rasa’ para que se dê vazão a um aluno questionador e participativo.

Tornar estes sujeitos ativos na construção de seu saber possibilita reconstruções sociais, já que superam-se noções anteriormente estabelecidas. A sala de aula passa a ser o local de questionamento e reflexão; um espaço para a socialização do conhecimento (DEMO, 1996) e não mais o espaço para certezas e verdades pré-concebidas (MOITA LOPES, 1996). Espaço em que equilibram-se as oportunidades de contribuição e discussão oferecidas aos alunos e a produtiva utilização dessas contribuições, a fim de se alcançarem os objetivos educacionais, viabilizando um processo de ensino-aprendizagem realmente significativo.

Ainda sobre a relação professor/aluno, é importante salientar que um olhar crítico e reflexivo sobre a própria prática aponta para possíveis ressignificações e reestruturações das propostas; o aluno compreendido como um indivíduo ativo, reflexivo e crítico contribui para a existência de um ambiente cooperativo, em que se possa aperfeiçoar as práticas educacionais.

Pedagogia da Alternância

Ainda pensando a Metodologia do Processo de Ensino-Aprendizagem, acreditamos ser relevante explicitar nossa assunção da Pedagogia da Alternância como norte para nossas ações, já que esta se trata de uma proposta educacional idealizada para o campo, como possibilidade de uma formação para jovens do meio rural centrada na partilha e na interação entre todos os sujeitos envolvidos no processo de ensino- aprendizagem.

Essa modalidade pedagógica surge em uma relação com o movimento da Educação do Campo, sustentada pela luta por legitimidade dos sujeitos que estão no campo e querem pensar suas próprias práticas políticas e pedagógicas.

No Brasil, sua introdução remonta ao final da década de 1960, quando brasileiros conhecem o Programa de Alternância sob o modelo italiano e, assim, fundam as Escolas Famílias Agrícolas (EFAs), por meio da União Nacional das Escolas Famílias Agrícolas do Brasil (Unefab) e das Casas Familiares Rurais (CFRs), duas experiências educativas em alternância que marcam o Movimento Maisons Familiares Rurales no Brasil (CORDEIRO; REIS; HAGE, 2011).

Segundo Cordeiro, Reis e Hage (2011), a Pedagogia da Alternância vem sendo usada na formação de jovens e adultos do campo, visto ser esta uma proposta pedagógica e

metodológica capaz de atender às necessidades da articulação entre escolarização e trabalho, propiciando a esses indivíduos o acesso à escola sem que tenham que deixar de trabalhar.

Ademais, a Pedagogia da Alternância assume o trabalho como princípio educativo, permitindo aos estudantes oriundos do campo a possibilidade de continuar os estudos e de ter acesso aos conhecimentos científicos e tecnológicos não como algo dado por outrem, mas como conhecimentos conquistados e construídos a partir da problematização de sua realidade, que passa pela pesquisa, pelo olhar distanciado do pesquisador sobre o seu cotidiano (CORDEIRO: REIS; HAGE, 2011).

Gimonet (2007) defende que esse modelo pedagógico só pode ser posto em prática por meio da construção de um vasto número de relações sociais, muito mais amplas do que aquelas de aluno-professor, já que trata-se de uma “pedagogia da partilha” na qual educandos, monitores, pais, mestres, membros de associações e comunidades formam parcerias que tornam viáveis não somente o funcionamento educacional, como também a aplicação dos princípios pedagógicos dessa metodologia.

Esse ideal educativo conta com um grande número de ferramentas e instrumentos que lhe garantem a sua funcionalidade, a articulação dos tempos e espaços de formação e o estabelecimento das relações entre os vários atores sociais envolvidos nesse processo. Gimonet (2007) reforça sua preocupação com um ensino que associe experiência à prática e que se baseie em uma ação cooperativa. Se a ideia é levar formação aos homens do campo, o Curso deverá propiciar o contato direto entre os agentes formadores, os educandos e sua comunidade.

Nessa perspectiva, assumimos em nossa proposta de Curso o planejamento e a interação de elementos que propiciam uma visão geral da formação que se quer oferecer a esse aluno, definindo-se as atividades de tempo- escola, tempo-comunidade e dos seminários integradores, para que docentes e discentes do Curso movimentem-se em consonância com os parâmetros dessa Pedagogia, chamando sempre a comunidade para participar desse processo, já que é a partir da realidade local que ele deve ser formulado, tendo como enfoque a formação profissional e a articulação dos conteúdos.

12. SISTEMÁTICA DE AVALIAÇÃO

12.1 Da Avaliação do processo de ensino-aprendizagem

Para entender as dimensões avaliativas na Pedagogia da Alternância, adotada neste projeto, se faz necessário compreender a avaliação como importante instrumento de apreciação da qualidade e da eficiência do processo de ensino-aprendizagem como um todo, a fim de constatar progressos, dificuldades, limitações, de modo a replanejar o trabalho promovendo as adequações necessárias visando à transformação da realidade avaliada.

É preciso tomar a avaliação não como um fato isolado, mas um processo; uma reflexão complexa sobre o nível de qualidade do trabalho escolar dos atores (educandos e educadores) envolvidos no processo educativo, cumprindo a função pedagógica de “promover a melhoria da realidade educacional e não descrevê-la ou classificá-la” (HOFFMANN, 2008, p. 30).

Além disso, Santos (2005, p.21) alerta para o ponto de que a avaliação deve ser encarada como “o julgamento das atividades escolares que acontecem no processo de ensino-aprendizagem”, tendo objetivos, metas e, como finalidade principal, a promoção da transformação da realidade avaliada, pois, consoante Abreu e Masetto (1990), o processo avaliativo deve ser pensando de forma coerente e contínua, acompanhando o desenvolvimento e permitindo seu constante reiniciar, até que sejam alcançados os objetivos desejados.

Nesse sentido, tomamos a avaliação como uma prática educativa, não tendo apenas como foco o aluno, mas também o sistema de ensino e os demais atores envolvidos. Assim, buscamos desenvolver uma prática avaliativa que fuja do atual modelo classificatório e se caracterize como diagnóstico.

Versando mais propriamente sobre a avaliação naquilo que tange aos alunos, utilizaremos as atividades do processo de ensino-aprendizagem como forma de subsidiá-la. Assim, ela terá caráter diagnóstico, formativo e também somatório. Neste caso, será fundamentada pela Resolução nº 177/12 do CEPEX/UFPI e será feita por disciplina e semestralmente. No início do curso será fornecida ao aluno esta resolução.

A avaliação do processo formativo na dimensão tempo-escola será feita no decorrer das aulas presenciais. Sendo que, no final do tempo-escola será realizada também a avaliação somativa. A avaliação do tempo-comunidade de cada disciplina será feita em encontros com

os professores, por meio de sua socialização. Vale lembrar que caso o aluno não atinja a média 7,0 (sete), estipulada pela Resolução acima, lhe será dada a chance de realizar um exame final, determinado pelo professor.

A prática docente será constantemente avaliada por meio de encontros pedagógicos realizados entre o grupo de professores, para que percepções sejam socializadas e possíveis adequações possam ser feitas durante o semestre letivo. Ademais, ao término de cada disciplina, os alunos terão a oportunidade de formalizarem suas opiniões acerca das práticas pedagógicas desenvolvidas pelos professores do Curso, contribuindo significativamente para a detecção de eventuais necessidades de mudança e adequação.

12.2 Da Avaliação do projeto pedagógico e do curso

A avaliação do projeto também acontecerá de forma contínua e sistemática e contribuirá para o êxito da proposta, uma vez que ele servirá de tomada de decisão para continuidade das ações eficientes e mudanças de outras, cujo resultado tenha sido considerado negativo. Assim, ao término de cada disciplina será feita a avaliação do Curso pelo aluno, através de um formulário e também pelo professor. Os coordenadores do Curso serão responsáveis por tratar os dados colhidos destes formulários, complementá-los com conversas estabelecidas com os professores do curso e alunos, julgá-los e tomar a atitude devida. A ideia é tomar os indicadores desta avaliação para melhorar, sempre, a qualidade do ensino.

É relevante destacar que as ações ou atividades desenvolvidas serão continuamente retomadas a partir de núcleos temáticos de estudo, organizados em Bom Jesus, juntos às comunidades parceiras. Nesta perspectiva, a avaliação do Curso exige a avaliação do processo de formação: natureza e objetivos do curso e a avaliação da ação docente do profissional (professor/aluno) envolvido no curso de Licenciatura em Educação do Campo/ Ciências Humanas e Sociais.

13. QUADRO DE RECURSOS HUMANOS

13.1 Docentes

Os docentes envolvidos nas ações educativas do curso deverão ter formação compatível com os conteúdos a serem ministrados e com a prática pedagógica necessária para a formação do futuro professor. Considerando-se as peculiaridades regionais, os docentes deverão ser capazes de fornecer subsídios pedagógicos para associar os conteúdos programáticos à necessidade e realidade do campo.

Para isso, pensando a Matriz Curricular por nós proposta, acreditamos que os 15 professores que comporão o quadro docente efetivo do curso poderão ser contratados segundo a ordem descrita abaixo, lembrando que de acordo com a SECADI todas as contratações ocorrerão até 2014.

Professor 1 – Perfil do docente: Graduação em Pedagogia com Mestrado em Educação;

Professor 2 – Perfil do docente: Graduação em Pedagogia com Mestrado em Educação;

Professor 3 – Perfil do docente: Graduado em Ciências Sociais com Mestrado em Educação ou Sociologia;

Professor 4 - Perfil do docente: Graduado em Filosofia com Pós-Graduação (Mestrado) em Educação ou Filosofia;

Professor 5 - Perfil do docente: Graduado em História com Mestrado em História ou Educação;

Professor 6 - Perfil do docente: Graduado em História com Mestrado em História ou Educação;

Professor 7 - Perfil do docente: Graduado em Geografia com Mestrado em Geografia ou em Educação;

Professor 8 - Perfil do docente: Graduado em Ciências Sociais com Mestrado em Antropologia ou Sociologia ou Educação;

Professor 9 - Perfil do docente: Graduado em Pedagogia com Mestrado em Educação;

Professor 10 - Perfil do docente: Graduado em Pedagogia com Mestrado em Educação ou Educação do Campo ou Educação Agrícola;

Professor 11 - Perfil do docente: Graduado em História com Mestrado em História ou em Educação;

Professor 12 - Perfil do docente: Graduação em Pedagogia ou Psicologia com Mestrado em Educação;

Professor 13 - Perfil do docente: Graduado em Geografia com Mestrado em Geografia ou em Educação;

Professor 14 - Perfil do docente: Licenciado em Ciências Agrárias com Mestrado em Desenvolvimento Rural ou Extensão Rural ou Sociologia Rural ou Agroecologia ou Agricultura Familiar ou Ciências Sociais ou Agricultura Orgânica ou Educação;

Professor 15 - Perfil do docente: a definir, conforme demanda para disciplinas optativas.

13.2 Servidores Técnicos Administrativos

Os cursos de Licenciatura pautados pela prática de em regime de alternância apresentam várias particularidades que exigem da instituição um regime de funcionamento diferenciado, se comparado aos cursos regulares ofertados normalmente. Portanto, considerando as especificidades do curso, serão necessários três técnicos, cujos códigos de vagas já foram disponibilizados pela SECADI, para responder pelas seguintes ocupações:

Técnico em assuntos educacionais – Graduação em Pedagogia, Geografia, História, Ciências Sociais ou Filosofia;

Técnico em auxiliar de administração – Ensino Médio;

Técnico em auxiliar de administração – Ensino Médio.

14. INFRAESTRUTURA DO CURSO

14.1 Espaço Físico

Para sua plena execução, o curso demandará salas de aula e laboratórios de ensino para atividades pedagógicas. Por se tratar de um curso em regime de alternância, acreditamos que a implantação do curso resultará na otimização dos espaços físicos do *Campus* Professora Cinobelina Elvas, uma vez que as atividades do tempo-escola ocorrerão em janeiro/fevereiro e julho/agosto de todos os anos, período em que, normalmente, os alunos de cursos regulares encontram-se em férias.

O *Campus* possui 36 salas de aula climatizadas com capacidade para cinquenta discentes, uma biblioteca central climatizada e informatizada, um laboratório de Informática com 30 microcomputadores para atender aos estudantes e outros 21 laboratórios para as mais diferentes áreas. Existem três auditórios com capacidades de 240, 130 e 90 lugares, respectivamente, espaços em que ações conjuntas podem ser realizadas. Ressaltamos que o *Campus* possui também um Restaurante Universitário, com funcionamento para o horário de almoço e jantar, servindo refeições balanceadas, ao custo de R\$ 0,80 por refeição.

Todas as dependências do *Campus*, inclusive a Biblioteca, o Laboratório de Informática e o Restaurante Universitário, terão funcionamento normal durante os períodos de tempo-escola, viabilizando o acesso à alimentação e ao estudo extraclasse, que contribuirão positivamente para o processo de ensino-aprendizagem a ser desenvolvido.

Será disponibilizada aos discentes do curso, no período tempo-escola, a moradia estudantil, permitindo confortável alojamento aos alunos. Atualmente, há camas tipo beliche, armários individuais, cozinha para preparação de alimentação durante o final de semana, banheiros para homens e mulheres, e área de lavanderia com tanques e duas máquinas de lavar-roupas à disposição dos discentes.

14.2 Acervo Bibliográfico

O acervo bibliográfico será o do *Campus* Professora Cinobelina Elvas, ressaltando-se que há, no entanto, a necessidade de aquisição de títulos bibliográficos para o enriquecimento do acervo já existente.

REFERÊNCIAS

- ABREU, M. C.; MASETTO, M. T. **O professor universitário em aula: prática e princípios teóricos**. São Paulo : Cortez, 1990.
- BRASIL. **Diretrizes Complementares da Educação Básica do campo**. Resolução Conselho Nacional de Educação/ Câmara de Educação Básica no. 2/ 2008.
- BRASIL. **Diretrizes Operacionais para Educação Básica nas escolas do campo**. Resolução Conselho Nacional de Educação/ Câmara de Educação Básica no. 1/ 2002.
- BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN)**, N°. 9394/96.
- BRASIL. Secretaria de Educação Especial. **Saberes e práticas da inclusão**. MEC/SEEP: Brasília, 2005. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/avaliacao.pdf>
- BRASIL.MEC. CNE. **Resolução nº 1, de 3 de abril de 2002**, institui Diretrizes operacionais para a educação básica nas escolas do campo. Brasília, DOU, de 9 de abril de 2002.
- BRASIL.MEC. **Manual de Educação no Campo**. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad/MEC), Brasília, 2007.
- BRASIL.MEC. **Parecer CNE/CEB/ 1º/2/2006**. Dias letivos para a aplicação da Pedagogia da Alternância. Brasília, 2006.
- CORDEIRO, G.N.K.; REIS, N.da S.; HAGE, S. M. Pedagogia da Alternância e seus desafios para assegurar a formação humana dos sujeitos e a sustentabilidade do campo. *In: Revista Em Aberto*, Brasília, v. 24, n. 85, p. 115-125, abr. 2011.
- DEMO, P. **Educar pela Pesquisa**. Campinas: Autores Associados, 1996.
- GIMONET, J.C **Praticar e compreender a Pedagogia da Alternância dos CEFFAs**. Petrópolis: Editora Vozes; Paris: AIMFR, 2007.
- HOFFMANN, J. **Avaliar para promover: as setas do caminho**. Porto Alegre: Mediação, 2008.
- MOITA LOPES, L. P. **Oficina de linguística aplicada**. Campinas: Mercado das Letras, 1996.
- RAMOS, M. N.; MOREIRA, T. M.; SANTOS, C. A. dos (org.). **Referências para uma política nacional de educação do campo: cadernos de subsídios**. Brasília: Secretaria de Educação Média e Tecnológica, Grupo Permanente de Trabalho de Educação do Campo, 2004.
- SACRISTÁN, J. G.; GÓMEZ, A. I. P. **Compreender e transformar o ensino**. Porto Alegre: Artmed, 1998.
- SANTOS, C. R. **Avaliação educacional: um olhar reflexivo sobre sua prática**. São Paulo: Avercamp, 2005.

UFPI. **Regimento Interno Institucional**. Teresina, 2008.

UFPI. Universidade Federal do Piauí. **Plano de Desenvolvimento Institucional**. Teresina, 2010.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 1993.